



PROGRAMA POLÍTICO

JUVENTUDE COMUNISTA AVANÇANDO



O PROGRAMA POLÍTICO DA JCA

Este documento expressa parcialmente o conjunto de resoluções e posições políticas acumuladas historicamente pela Juventude Comunista Avançando - JCA. Este é um programa vivo, que será adaptado conforme as necessidades e avanços políticos, ideológicos e organizativos do conjunto da Juventude. No entanto, embora possa servir como um guia ou documento de apresentação da organização, não há pretensão de que este único material consiga expressar a totalidade das posições e elaborações assumidas pela JCA e a tradição do movimento comunista que nos antecede e da qual fazemos parte.

SUMÁRIO

<i>Organização</i>	4
<i>Autonomia e responsabilidade: relação da JCA com o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP)</i>	9
<i>A estratégia da Revolução Brasileira</i>	12
<i>Formação social brasileira</i>	18
<i>Crise estrutural do capital</i>	26
<i>O fascismo ontem e hoje</i>	29
<i>Golpe de 2016 e frente de esquerda</i>	31
<i>Universidade Popular</i>	38
<i>A estratégia de Universidade Popular</i>	47
<i>O Movimento por uma Universidade Popular</i>	51
<i>Movimento Estudantil brasileiro</i>	56
<i>Patriarcado e capitalismo</i>	64

Este Programa Político foi elaborado e adaptado pela Direção Nacional da Juventude Comunista Avançando a partir das resoluções do V, VI, VII e VIII Encontros Nacionais da JCA [ENJCA], e IX Congresso Nacional da JCA [CNJCA], entre os anos de 2021 e 2022.

Organização

A Juventude Comunista Avançando, é uma organização de juventude vinculada ideológica e programaticamente ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). A JCA se organizou primeiramente em 1999 com o nome de Juventude Avançando (JA), com o caráter de juventude comunista, autônoma, marxista-leninista e escola de formação de quadros para a revolução brasileira, que compreendemos ser fundamental à formação do partido revolucionário. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A JCA é fruto da longa história da luta comunista no Brasil. Quando Luiz Carlos Prestes rompeu com o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, em 1980, defendendo a estratégia de revolução socialista e o caráter revolucionário do partido (teses nem defendidas, nem praticadas pelo PCB na época), inúmeros militantes, sobretudo jovens, também romperam e se aliaram em torno de suas posições, formando, juntos, um grupo de pessoas que seguia defendendo o comunismo em tempos muito difíceis. Com a queda da União Soviética, as teses de que a história havia acabado e que o socialismo não era possível ganharam muita força. A social democracia e o reformismo passaram a ser a direção da política brasileira, levando a grande maioria dos jovens a organizar-se no PT. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A elaboração de Prestes é extremamente lúcida e fundamental para nossa organização: “Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária” e a estratégia do PCB à época entendia a burguesia nacional como aliada estratégica para uma etapa do desenvolvimento nacional, portanto defen-

dia um programa de conciliação com a burguesia e um determinado partido comunista moldado para esse fim. Quando veio a ditadura, essas ilusões persistiam e resultaram na falta de preparo do partido para se proteger e combater a burguesia e sua ofensiva fascizante. Apesar das divergências a respeito das formas de enfrentamento com esta ofensiva, a ilusão com o lugar da burguesia no desenvolvimento nacional era também partilhada pelas tendências que se lançaram à luta armada, divergindo apenas na tática. Tanto nas tentativas de guerrilha, quanto no Comitê Central (CC) do PCB, o que predominava era a ilusão de que um setor significativo da burguesia era anti-imperialista e estaria contra a ditadura. A ditadura foi eficiente em combater os revolucionários e, como a estratégia do PCB era equivocada, as táticas se mostravam equivocadas e eram substituídas com frequência, tendendo ora para o esquerdismo, ora para a conciliação, e assim o partido foi se afastando das massas, sofrendo divisões, o Comitê Central foi tomado por oportunistas e o partido perdeu seu conteúdo revolucionário. Prestes começou a levantar críticas à questão da estratégia do PCB, mas é no exílio na URSS que elas amadureceram. Quando regressa ao Brasil no final dos anos 1970 encontra um PCB esfacelado, com um Comitê Central burocratizado, conciliando com a ditadura, incapaz de garantir a segurança de suas bases e, na prática, sendo freio político da ascensão do movimento de massas que se chocava com a ditadura. No cenário internacional ainda estava para estourar o fim da URSS e a maior crise que o movimento comunista já viveu. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Após a ruptura de Prestes com o CC do PCB por meio da Carta aos Comunistas, jovens aliados às suas posições organizaram a Juventude Avançando em 1982 na forma de uma tendência estudantil, para articular as posições filiadas à Luiz Carlos Prestes no interior do movimento estudantil universitário e secundarista. Contudo, pelas condições adversas da conjuntura, pela ausência de uma organização mais coesa (à qual esta tendência estudantil se ligaria), a Juventude Avançando, desde então, sempre existiu, mas de forma desorganizada, não se constituindo como uma organização juvenil de fato, mas como uma tendência estudantil que aglutinava os jovens estudantes alinhados com as posições de Prestes. Sua organização foi fruto da necessidade de articulação nacional dos militantes do movimento estudantil. As experiências do movimento estudantil estavam associadas à luta contra a ditadura e à reorganização das entidades estudantis. Os estudantes identificados com Luiz Carlos Prestes atuavam em Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) com destaque para os estados de RS, SC, RJ, DF, PB e CE. *[V ENJCA e VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Com a morte de Luiz Carlos Prestes em 1990 houve uma dispersão significativa do grupo de pessoas que se organizava ao seu redor. Com o objetivo de conservar a herança de seu legado e seguir seus objetivos, algumas daquelas pessoas organizaram a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes - CCLCP, uma organização revolucionária em sua estratégia e em seus prin-

cípios ideológicos e organizativos, que em 2013 passaria a se chamar Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. A CCLCP, então, reorganizou a Juventude Avançando em 1999 no formato de uma juventude comunista em sentido mais estrito, em contraposição ao estatuto de tendência estudantil que na prática existia desde os anos 1980. Desde então, esta juventude comunista foi a principal fonte de novos quadros tanto para a Corrente e para o Movimento Avançando Sindical, cumprindo ao mesmo tempo com suas tarefas de juventude no movimento juvenil e estudantil. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A atividade da JCA se diferencia do Polo por algumas questões. Em primeiro lugar, a JCA não pode se confundir com um partido. Não cabe a ela responsabilizar-se pela totalidade das lutas populares que dizem respeito a um partido, a renovação estratégica e a consertação dos rumos mais profundos da luta política no país. No entanto, é de sua responsabilidade, a partir da compreensão da totalidade, propor políticas específicas aos jovens e estudantes, bem como, formar quadros para a revolução. A confusão entre o caráter de juventude com o de organização adulta de caráter amplo e global é, na maioria das vezes, fatal para a juventude. Primeiro, porque faz com que ela perca seu grau de autonomia, característica fundamental para o processo de experimentação e criação dos jovens e da sua constituição como quadros. Segundo, porque nestes casos a organização estabelece um grau de exigência (teórico, político, ideológico e de práxis) não possível aos jovens que estão começando a militar. Terceiro, os jovens se encontram numa fase de vida muito diferente dos adultos, encontrando seu lugar na divisão social da produção, portanto, possuem uma forma própria de se relacionar que não convém para organizar e se responsabilizar pelo conjunto mais geral do movimento popular e sindical. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Em segundo lugar, como toda organização marxista-leninista, embora com sua especificidade juvenil, a JCA deve na sua concepção, na sua forma organizativa, no seu atuar, sempre unir ideologia, política, teoria e práxis. A organização precisa estar vinculada ao movimento de massas, essa é a esfera prioritária de trabalho da maioria das bases, mas o movimento de massas não deve ser visto com grau de importância maior que a organização. A organização longe da luta de massas é incapaz de intervir na realidade e por isso pode se deformar, inclusive teoricamente, mas o movimento e seus instrumentos mais elementares (sindicatos, agremiações, etc.) não dão conta de tarefas revolucionárias fundamentais, que exigem formação e orientação comunista. Ter e formar dirigentes de massa nas estruturas da organização é fortalecer os vínculos de nossa política com as massas e absorver os melhores lutadores para a organização e para a luta política de maior alcance. Um partido tem todo tipo de tarefas e é capaz de aproveitar a contribuição de muitos tipos de pessoas, mas numa juventude é fundamental que todos se experimentem nas lutas e mantenham contato com as massas. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A teoria revolucionária é a teoria marxista, sem a qual nosso sentimento de rebeldia e de indignação não encontra eco na poesia que devemos arrancar do futuro. Através do marxismo passamos a desenvolver a capacidade de lutar contra o capitalismo, mas essa luta não é diferente, nem está apartada de lutas contra as injustiças e opressões que nos sensibilizaram num primeiro momento. A luta comunista tem como diferença o fato de que se propõe derrubar a dominação burguesa e construir o socialismo; propõe a luta organizada das classes trabalhadoras contra cada forma específica de injustiça; e submete esses embates ao objetivo geral: o fim de todo o sistema do capital, a tomada do poder e a construção de uma nova sociedade. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Defendemos a compreensão leninista de que as revoluções acontecem como resultado do desenvolvimento de condições objetivas, que dizem respeito ao surgimento de uma situação revolucionária, somadas a condições subjetivas, que dizem respeito ao nível de organização política do proletariado e seus aliados de classe em suas variadas formas e imprescindivelmente em partido revolucionário. Nesse sentido, a organização dos/das trabalhadores/as na forma partido é um dos momentos do próprio desenvolvimento dos trabalhadores como classe revolucionária. Uma organização política formada por homens e mulheres cuja atividade revolucionária seja integral, um partido capaz de organizar as várias lutas espontâneas das massas em uma luta pela tomada do poder, capaz de exercer continuamente sua atividade política, adaptando-se às condições de clandestinidade impostas pela violência burguesa e também de aproveitar toda a abertura de momentos mais democráticos da história nacional. Esse partido seria construído, segundo Lenin, "transformando a grande quantidade de trabalhadores talentosos que despontam nas lutas econômicas e políticas em quadros revolucionários orientados pelo marxismo". Por isso, no cerne da nossa constituição como organização está muito evidente a necessidade de fortalecer o movimento de massas, berço dos lutadores que, orientados pelo partido revolucionário, podem levar a classe ao poder. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Vivemos em um país de tamanho continental, industrializado, com uma classe trabalhadora numerosa e uma imensidão de riquezas naturais. Como dizia Prestes, boa parte das condições objetivas para iniciar um processo revolucionário já estão dadas, o que nos faltam são as condições subjetivas: do reconhecimento do proletariado brasileiro como classe em si e para si - enquanto motor que produz a riqueza social e move o mundo - capaz de tomar seu destino em suas mãos e modificá-lo. Temos à frente todas as dificuldades gerais com que se depara o movimento comunista internacional; as crises, o imperialismo, a complexidade da organização internacional do trabalho, a necessidade de formulações que absorvam e ultrapassem as experiências socialistas que nos antecedem e etc. Além das grandes tarefas gerais temos ainda uma grande ausência de referências, um grande desconhecimento de nossa própria história como comunistas e como brasileiros. O marxismo é desconhecido pelos trabalhadores

e precariamente conhecido entre a esquerda, que na ampla maioria das vezes o utiliza do método de forma pragmática e/ou dogmática. As referências no debate político são organizações cheias de ilusões com o Estado burguês, que renegam o leninismo, e no panorama geral a esquerda fica perdida na miudeza da política local, em disputas de entidades e movimentos locais, na estreiteza da visão que constitui a autoconstrução. Quando se fala em política nacional as formulações giram em torno das eleições oficiais burguesas ou na sua simples negação e na denúncia de governos. *[VIII ENJCA e IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Nos faltam instrumentos com reconhecimento das massas e que tenha no seu horizonte e amarrado às suas táticas a construção do socialismo. Também nos falta uma vanguarda, ativa, pulsante, pensante; intrinsecamente vinculada com os anseios da massa e profundamente comprometida com os princípios marxistas. Devemos ser capazes de querer ser esta vanguarda - só assim poderemos um dia chegar a concretizar nossos objetivos. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Desta forma, não podemos nos colocar em posições passivas. Não podemos deixar de lado os estudos, a dedicação cotidiana à organização, refletindo sobre os dilemas que estão postos à nós, comunistas. Devemos seguir buscando relacionar aquilo que está colocado em nosso cotidiano militante com as necessidades gerais da organização e da juventude brasileira. A teoria e a prática não devem andar descoladas uma da outra, esse debate é fundamental aos nossos quadros, fundamental para que possamos nos constituir em comunistas mais completos quanto possível dentro desta sociedade. A busca individual deve estar baseada na necessidade coletiva, sempre atuando no movimento de massas e colocando nossa política à prova; ou seja, analisando o eco que temos no movimento de massas, para que aprendamos como elevar o nível de consciência da juventude brasileira, que é peça fundamental do processo. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A razão e a importância da nossa existência são evidenciadas pela história e pelos tempos atuais. A história tem mostrado que nossos camaradas estavam corretos: o socialismo não apenas é possível como é nossa única alternativa para salvar a humanidade da barbárie absoluta e do fim da espécie humana. Contudo, esta transformação não acontece naturalmente, são necessários quadros que conheçam profundamente a realidade a ser transformada, e organização para enfrentar a luta de classes e a violência da burguesia. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A juventude carrega o futuro e o comunismo é a juventude do mundo.

AUTONOMIA E RESPONSABILIDADE: RELAÇÃO DA JCA COM O POLO COMUNISTA LUIZ CARLOS PRESTES (PCLCP)

O horizonte de nossa organização é a construção de um Partido Revolucionário de Novo Tipo, que no interior do bloco histórico anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário, seja capaz de dirigir o proletariado junto aos setores populares rumo à tomada do poder político, abrindo caminho para o socialismo. No entanto, nunca foi objetivo de nossa juventude tornar-se o Partido Revolucionário, mas contribuir nesse processo, organizando os jovens e formando quadros para o PCLCP. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Nossa organização é uma escola de quadros, o que difere de uma juventude de massas em geral. No entanto, também não somos uma Juventude somente de quadros, mas de militantes revolucionários, que se forjam como quadros nos processos de luta, com o estudo do marxismo, em um caminho que se amplia com a possibilidade de ingresso e militância no PCLCP. Como organização revolucionária, não praticamos a lógica de organização de "filiados", mas sim buscamos com que todos e todas tenham vida orgânica, razão pela qual nos referimos aos nossos camaradas como militantes e não as pessoas que apenas aderem ao conjunto de nossas posições. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A Juventude Comunista Avançando tem autonomia organizativa, ou seja, é organizada pelos próprios jovens, estando vinculada política e programaticamente ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. A JCA tem, portanto, identidade ideológica comunista e luta pela construção de uma ofensiva socialista, para superar a política dos monopólios, latifúndios e imperialismo em nosso país. A princípio, partimos da organização da juventude universitária, mas trabalhamos pela incorporação dos jovens trabalhadores, camponeses e demais setores juvenis na JCA. A inserção da organização na massa de trabalhadores jovens deve ser um estímulo para a Juventude, tanto no que se refere à vinculação com as pautas mais sentidas do povo, como para a proletarização da consciência da juventude estudantil e elevação do nível de consciência dos jovens trabalhadores. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Desde o III Encontro Nacional de abril de 2004, a JA se mostrou uma organização mais estruturada organicamente, com uma compreensão geral mais estável acerca do seu caráter, maior identidade entre seus membros (nesse encontro decidimos criar a nossa bandeira), definição mais precisa e maior clareza sobre o papel de cada Secretaria e um trabalho de relações internacionais mais estruturado a partir da decisão de ingresso na

Federação Mundial de Juventudes Democráticas. Foi a partir do V Encontro Nacional da JA, em 2009, que os militantes da organização decidiram pela inclusão da palavra "comunista" no nome da nossa juventude. Desde então, chamamo-nos Juventude Comunista Avançando. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Nos 23 anos de história de nossa organização, foram muitas as pessoas que passaram e se formaram em nossas fileiras, engrossando as fileiras das difíceis tarefas que cabem aos comunistas no cenário da crise estrutural do capital. Se hoje a Juventude progrediu é porque cada geração foi construindo os alicerces necessários para as estruturas mais altas e de maior peso. Ao enfrentar com firmeza, responsabilidade e autonomia as tarefas diárias de construção da organização juvenil, formação de seus quadros e atuação no movimento de massas, sempre sob o exercício profundo da autocrítica e crítica fraterna, os jovens militantes da JCA devem ter o PCLCP como um guia, pois a sua organização fortalece a juventude e vice-versa. A criação da CCLCP, desde 2013 reorganizada enquanto um polo aglutinador do movimento comunista brasileiro, em plena época de derrocada do socialismo na URSS e na Europa Oriental, foi imprescindível para a nossa existência hoje, caso contrário, poderíamos estar diluídos entre a setores reformistas ou sectária e não formando quadros comunistas. Para tanto, a JCA tem um papel importantíssimo. No entanto, o avanço da Juventude também depende do avanço da organização adulta, ou seja, da construção de nossa organização de caráter geral e totalizante. É uma relação dialética que nos exige pensar o nosso projeto na sua totalidade, considerando todos esses elementos. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A JCA existe para contribuir com a organização da juventude brasileira na luta pela revolução socialista e ao mesmo tempo serve de antessala do Polo, o que significa que a formação militante na JCA é inicial e não tem fim em si mesma. Essa noção ao mesmo tempo nos coloca o desafio de que a formação de quadros na Juventude não estará perto de se concretizar como um processo de formação integral, que trate sistematicamente da orientação para o trabalho de massas, da superação do senso comum, do estudo do marxismo, da realidade brasileira, do domínio técnico para determinadas tarefas da organização, enquanto for concebido como substituição ao trabalho mais aprofundado que precisa da dedicação de uma vida inteira em uma organização de caráter mais amplo. De igual maneira, as dificuldades vividas na juventude também são amplificadas enquanto o próprio Polo não tiver desenvolvido uma noção totalizante de formação de quadros. Independente disso, os esforços empreendidos na realização dessas atividades de formação, mesmo que parciais e isoladas, são importantes para a formação dos militantes e também para que a experiência nos forneça elementos para refletir e avançar na concepção de um processo de formação integral, que não se resume à leitura e ao estudo teórico. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Pela condição de jovens temos o privilégio de assumir mais cedo uma postura de disputa de consciência e, embora não seja regra, a possibilidade de aproveitar o acúmulo das gerações anteriores mais cedo, iniciando a vida política de um ponto de partida mais avançado. Sem subestimar a capacidade e a importância da Juventude, a organização partidária deve aproveitar esse tipo de organização auxiliar para cultivar aqueles princípios morais e teóricos fundamentais ao revolucionário, já que é possível desenvolver um processo de formação mais de longo prazo. É importante termos consciência de que nossa militância na JCA busca atender às tarefas necessárias à revolução, tarefas ligadas à organização direta dos jovens em vários setores, mas que a tarefa fundamental é a renovação geracional da organização revolucionária. Nossa tarefa mais importante é formar entre nós futuros quadros do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A Juventude Comunista Avançando se orienta pela estratégia da revolução socialista, considerando que não há mais espaço para uma etapa democrático-burguesa para a revolução socialista no Brasil. A revolução socialista será um processo de tomada violenta do poder, a partir da destruição do Estado autocrático burguês e a construção de um Estado proletário cujo poder está subordinado às aspirações históricas das amplas massas proletárias e populares no Brasil. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A partir do novo Estado, se operará uma ditadura do bloco das forças sociais exploradas e oprimidas com hegemonia do proletariado, que deverá oprimir e expropriar a burguesia e o bloco de classes dominantes de todo o seu poder político e econômico e suas influências ideológicas e culturais. Essa ditadura nada mais é do que a democracia da maioria que precisa desarmar a contrarrevolução interna e repelir prováveis agressões imperialistas que se seguem em qualquer processo revolucionário. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A expropriação dos expropriadores consiste na estatização dos meios fundamentais de produção, as terras, as minas e jazidas, as indústrias e os grandes meios de distribuição, etc. O Estado proletário deverá crescentemente centralizar o capital sob seu controle, promovendo um planejamento democraticamente centralizado da produção e distribuição de todos os bens necessários para a vida da população e os meios de produção para o revolucionamento das forças produtivas. Paralelamente, deverá, com a

energia criativa e a iniciativa das massas, estabelecer órgãos de controle direto dos trabalhadores da produção e distribuição da riqueza social. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O modelo produtivo colonial, importante matriz histórica da organização econômica nacional, se baseou num escravismo mercantil, em que o tráfico de escravos negros africanos e a produção agrária na grande propriedade fundiária eram as principais atividades econômicas nacionais, fazendo do escravo e do latifúndio as principais mercadorias e meios de produção no Brasil colônia. Um modelo agro-exportador, direcionado quase exclusivamente ao mercado externo no provimento de matéria-prima e bens de consumo para as necessidades de acumulação de capital das potências europeias. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Na realidade nacional brasileira, as classes trabalhadoras e os regimes de trabalho vinculados à divisão internacional do trabalho e ao que viria a ser o mercado capitalista moderno foram originados, em seu setor fundamental e mais dinâmico, na dominação, exploração e implantação forçada de força-de-trabalho escravizada de diversos povos africanos em latifúndios monocultores. O tráfico, o desenraizamento e a desumanização da massa de trabalhadores africanos escravizados foi base do modo de produção escravista mercantil que perdurou, entre variações e mudanças, por mais de trezentos anos, causando profundas marcas na formação social e cultural do povo brasileiro, imbricando o conflito social entre dominados e dominantes economicamente, com elementos culturais e étnico-raciais indissociáveis até hoje na dinâmica da luta de classes nacional. *[Resolução da DN, 2022]*

O processo de formação de um modo de produção baseado na força-de-trabalho escravizada africana no Brasil articulou-se com, dentre outros elementos históricos: 1) as necessidades de acumulação primitiva de capital nas metrópoles europeias, 2) a desagregação do regime feudal e estamental na Europa, 3) o desenvolvimento dos conflitos africanos e sua paulatina subjugação ao jugo colonial europeu, 4) o extermínio, a assimilação e dominação das populações indígenas americanas ao empreendimento colonial europeu. A sociedade brasileira não pode ser explicada, portanto, sem a compreensão dos modos de produção que se sucederam e originaram a sua formação social, que é inexoravelmente particular e suigeneris, e possui seus próprios níveis de desigualdade e diversidade regionais internos. *[Resolução da DN, 2022]*

A experiência da escravidão unificou pela força da coerção centenas de africanos e negros brasileiros de origens distintas, que trouxeram para a sociedade brasileira seu estoque cultural de maneira subalterna e desagregada, justamente por conta da pressão político-militar direta e pela repressão ideológica que busca ainda contemporaneamente manter desenraizada e apagada a contribuição africana para a formação da identidade nacional. *[Resolução da DN, 2022]*

O regime escravocrata e colonial, articulado com a experiência autocrática de transformação do regime escravista para a sociedade competitiva capitalista e dependente brasileira, constituiu os fundamentos para a violência e brutalidade permanente contra as classes trabalhadoras, as parcelas negras e os povos originários, que sempre foram alvo de repressão exemplar, muitas vezes chegando ao extermínio de etnias inteiras ou ao continuado regime de dominação e violência militar permanente como vivido até os dias de hoje. Traço fundamental da autocracia é a supressão da liberdade, da privacidade, a violação da vida e a criminalização constante das classes trabalhadoras brasileiras, com elementos especiais ao que se refere a repressão ostensiva da população negra nacional. *[Resolução da DN, 2022]*

Como o capitalismo no Brasil se desenvolveu de forma permanentemente dependente e associada ao imperialismo, todas as tarefas democráticas pendentes do Brasil (reforma agrária, urbana, tributária, universitária, sanitária, produtiva, etc) se desenvolvem, nesse contexto, sem a burguesia e contra ela. A realização dessas tarefas só pode ser obra de uma revolução socialista que confronte e derrote as classes dominantes e o imperialismo, com o protagonismo dos “de baixo”, ou seja, do conjunto de explorados e oprimidos, do campo e da cidade, produtivos e improdutivos de todos os cantos do Brasil. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Apesar do capitalismo no Brasil ter se desenvolvido de forma permanentemente dependente do imperialismo, ele não “eternizou” formas pré-capitalistas, mas associou-se aos monopólios e latifúndios nativos para impulsionar um acelerado desenvolvimento das forças produtivas e da modernização industrial. O Estado autocrático burguês proporcionou a infraestrutura para o desenvolvimento monopolista dependente e garantiu com sua política econômica, com a repressão e o arrocho salarial as condições “mais funcionais” para uma rápida acumulação e centralização de capital. Ou seja, o fato da burguesia brasileira ser pró-imperialista e carecer de projeto nacional autônomo não faz com que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil seja vedado, mas ao contrário, ele é impulsionado sem que o Brasil deixe de ser um país dependente. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Dessa forma, negamos todas as estratégias de emancipação de fundamento desenvolvimentista ou etapistas, que se embasem numa concepção de que os problemas nacionais são resultantes da “falta de capitalismo” ou na possibilidade de um “capitalismo autônomo tupiniquim”. Todas essas concepções esbarram no caráter de uma lumpen burguesia monopolista altamente entreguista, subordinada e dependente dos desígnios imperialistas, ao mesmo tempo retrógrada, violenta, repressora e ditatorial. Uma autêntica estratégia da revolução no Brasil precisa incorporar as tarefas democráticas, abandonadas pela burguesia associada e dependente do imperialismo, ou seja, as reformas, consideradas como momentos

internos da revolução socialista. A luta pelas reformas democráticas é absolutamente necessária, mas de forma alguma se confunde com “reformismo”, pois tais reformas só são viáveis na profundidade e amplitude necessárias quando se convertem de “reformas dentro da ordem” em verdadeiras “reformas contra a ordem”, portanto em revolução e ruptura com o capitalismo e o imperialismo. No Brasil, as tarefas nacionais e a revolução antiimperialista, tal qual noutros países dependentes, só é viável no longo prazo através da ruptura decidida com o modo de produção capitalista e a construção do socialismo. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Pois bem, hoje é quase consenso entre a esquerda brasileira que o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação do poder burguês no Brasil se deu sem a realização das reformas democráticas – ou da revolução democrática – e que a burguesia nacional não estaria interessada em realizá-la. No entanto, com isso não se pode concluir que a polêmica entre revolução nacional-democrática/anti-imperialista e revolução socialista esteja superada. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Embora verdadeira, a afirmação acima exclui uma quantidade de mediações necessárias para avançar na luta socialista em nosso país, sem as quais os revolucionários não serão capazes de se inserir no movimento de massas e contribuir para levá-lo até o fim em seus objetivos. A simples identificação com a estratégia socialista, bem como a afirmação da identidade comunista, não é o suficiente para se assumir a vanguarda do movimento. A vanguarda (ou liderança) se conquista com inserção no movimento, e inserção com política correta, que saiba compreender a dinâmica e os anseios da massa, e a partir daí guiar as experiências de luta concreta no sentido de acumular força fazendo avançar a consciência e a organização. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Nesse processo, a questão colocada é a de construção da hegemonia das forças populares (os trabalhadores e seus aliados) capaz de tomar o poder e abrir caminho para a transição socialista. O capitalismo no Brasil é dependente, não pode realizar as reformas democráticas dentro de sua própria lógica de desenvolvimento, que se dá dentro do círculo vicioso ditado pela modernização conservadora. No entanto, isso não significa que não se deva lutar por reformas: o importante é que, apesar de se iniciarem em uma luta dentro da ordem, elas só podem se completar tendo desdobramentos contra a ordem e para além da ordem capitalista. Isso significa que a revolução democrática, nacional, anti-imperialista, deixa de ser uma luta independente da luta socialista, ou seja, deixa de ser uma etapa prévia, e se transforma em momento interno da revolução socialista. No Brasil, onde a revolução burguesa ocorreu desvinculada da revolução democrática, esta só pode se dar como momento interno da revolução socialista. Assim, aqui a revolução socialista traz embutido um caráter proletário e popular e é de interesse das classes exploradas e oprimidas pelo bloco de poder dominante. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado*

pela DN entre 2021 e 2022]

Para a efetivação da estratégia de revolução socialista, levando em conta as tarefas democráticas e nacionais em seu interior, é fundamental tratar a questão do poder. Prestes trata da "inexistência no país de um poderoso movimento popular unido e organizado – dirigido por lideranças providas de propostas política e ideologicamente definidas e adequadas ao momento –, capaz de golpear as forças reacionárias internas e externas e conquistar o poder. Esta seria a única maneira efetiva de assegurar a realização de reformas (PRESTES, A.L., 2012, p. 101). *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A esse "movimento popular unido e organizado", Anita Prestes, citando Gramsci, chama de "Bloco Histórico". Acontece que para a conformação do Bloco Histórico revolucionário é necessário isolar o bloco de poder dominante. Sem essa definição correta, não só não é possível construir o Bloco Histórico, como é impraticável a conquista da hegemonia proletária no interior deste bloco. E sem hegemonia, não há revolução e conquista do poder. Prestes chegou a conclusão – após longo e consciencioso estudo do que havia de mais avançado da teoria marxista – que esse bloco de poder dominante no Brasil era formado pelo imperialismo, pelos monopólios e pelo latifúndio. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Essa compreensão da realidade e dos desafios da revolução socialista no Brasil, então, entende que "povo", aqui, exclui a burguesia, e engloba os setores anti-imperialistas, anti-monopolistas e anti-latifundiários. Isso tudo nos dá uma definição clara e atual do significado de "povo" no momento em que as alternativas populares (as reformas democráticas) se tornaram tarefas da classe trabalhadora e seus aliados no interior da luta pelo socialismo: o que Gramsci classificava de "classes subalternas" e Florestan como os "de baixo", nada mais é do que o conjunto dos setores explorados e oprimidos pelo bloco de poder dominante, ou seja, os setores anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiários. Assim, é uma luta que se inicia "dentro da ordem" e contribui na constituição de um novo Bloco Histórico (que também tem sido chamado de sujeito-povo) e que possui desdobramentos "contra a ordem" capitalista, ou seja, aponta para a necessidade de tomada revolucionária do poder. É uma estratégia para a universidade que leva em consideração a necessidade de construção da hegemonia proletária entre os setores populares. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A partilha do excedente da riqueza social com o imperialismo deixa a burguesia brasileira pouco que ceder aos de baixo e torna a luta dos trabalhadores, mesmo que por reivindicações imediatas, potencialmente ameaçadora. Qualquer movimento forte e organizado das massas tende a se chocar contra as curtas margens de negociação das classes dominantes, que além de tudo, têm um caráter extremamente conservador e oligárqui

co. E para assegurar esse domínio as elites precisam criar ou se apropriar de instrumentos de poder. Esses mecanismos devem ser suficientes para reprimir e eliminar todos seus adversários no aspecto ideológico e coercitivo. Dessa forma, as revoltas inevitáveis, geradas pela precarização das condições de reprodução da vida social, podem até gerar algum tipo de desgaste, mas tornam-se inofensivas ao poder se não são articuladas com uma estratégia revolucionária construída do acúmulo das lutas dos povos do mundo. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A situação econômica mundial é de agudização de crises cada vez mais severas, com mais dificuldades para se recuperar, e esses suspiros de estabilidade duram pouco tempo. O avanço do capital não pode mais acontecer com desenvolvimento social ou avanços civilizatórios. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A JCA defende o Brasil em sua soberania territorial, ambiental, energética, econômica, científica e cultural. Defendemos o Brasil na medida em que defendemos seu povo, aquela parcela da população formada por todos explorados que possuem o potencial de construir o socialismo em oposição à dominação imperialista em nossa nação, sob a liderança do proletariado revolucionário. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O capitalismo se consolidou no Brasil sem um processo de rompimento com a herança histórica de atraso. Fomos colônia de um dos países mais atrasados da Europa e por mais de três séculos a atividade econômica em nossas terras era exclusivamente de produção escravista para o mercado português. A escravidão se tornou ilegal apenas em 1888 tendo algum efeito prático nos grandes centros urbanos, enquanto no interior persistia o coronelismo e as velhas dinâmicas econômicas e sociais. A transição para a república não gerou as transformações necessárias para permitir acumulação de riqueza suficiente para impulsionar um salto à modernização capitalista. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Assim, no período colonial, em que a produção era baseada nas plantações, grande lavoura, mão de obra escravizada e extrema concentração de renda, não se apresentavam condições para o modo de produção capitalista ser dominante. Não havia apropriação de excedente no sentido capitalista e nem as condições materiais, sociais e culturais para o desenvolvimento de uma burguesia interna. Embora a economia capitalista seja também mercantil, o mercantilismo que a precedeu ainda não era especificamente capitalista. Pois, no modo de produção escravista o escravizado é um meio de produção, e a apropriação do excedente não se dá através da extração de mais-valia. Então, é somente com o rompimento com o estatuto colonial, a criação de um Estado nacional e a generalização do trabalho assalariado que o modo de produção capitalista se manifesta como realidade econômica e constrói caminho para se tornar dominante. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As transições do Brasil de colônia a reino, posteriormente em império até a proclamação da República, em 1889, aconteceram sem romper com a estrutura agrária e o poder oligárquico. Começam a se desenvolver os centros urbanos no sudeste, os imigrantes europeus são trazidos como força-de-trabalho com capacidade técnica e cultura adequadas para o capitalismo, mas o peso das oligarquias é grande demais na economia e na política, retardando a dissolução da estrutura econômica herdada do escravismo. Dessa forma, a economia brasileira fica absolutamente vulnerável a agentes exportadores externos e seu desenvolvimento dependente de investidores estrangeiros. A modernização e a industrialização do país vão acontecendo tendo no elemento estrangeiro o componente mais dinâmico, a construção da infraestrutura econômica urbana, as primeiras indústrias, ferrovias, os grandes centros comerciais, maquinário, tecnologia, tudo dependia de bancos e empresas estrangeiras. O capitalismo brasileiro não surge de um enfrentamento violento entre uma nascente burguesia industrial e a velha oligarquia, herdeira do escravismo, mas do encontro entre as elites urbanas e rurais no mercado das grandes cidades. A ação das potências estrangeiras na economia brasileira permitiu que a elite urbana tivesse recursos suficientes para se desenvolver sem precisar travar uma luta de morte contra a oligarquia, que por sua vez se beneficiou com as potencialidades de lucro do mercado que crescia através das cidades, podendo conservar parte considerável de seu poder econômico e político, integrando-se como parte ativa das novas estruturas de Estado. O resultado não é o surgimento de estruturas de poder criados para combater o atraso, mas um mercado capaz de absorver a produção rural e estimular a sua produtividade com o incremento de novas práticas e tecnologias. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Fundamentalmente, a desagregação da ordem senhorial logrou extrair o sentido revolucionário do movimento abolicionista e das lutas antiescravistas e, assim, evitar que a abolição da escravidão se transformasse numa profunda convulsão revolucionária. Portanto, apesar de terem ocorrido importantes lutas antiescravistas, o poder das oligarquias não foi abalado, pois o movimento abolicionista teve seu significado político esvaziado. Enquanto, de um lado, o povo negro recém-liberto era espoliado e posto à margem da sociedade emergente, à grande lavoura eram garantidas as condições para transitar para o trabalho assalariado e manter seu poder de dominação. As diversas formas de protestos e revoltas populares foram sempre violentamente reprimidas ao longo da história e a primeira República mantém essa característica autoritária para as aspirações populares, ao ponto que muitos movimentos populares criticavam veementemente a República e reivindicavam o seu fim na forma em que havia sido instituída. *[VIII ENJCA e IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A dependência econômica sobreviveu às mudanças que posteriormente impulsionaram a independência política, o surgimento da República e a emergência do capitalismo a partir de uma revolução burguesa atípica. Assim, o capitalismo que emergiu nas condições brasileiras não eternizou as

formas pré-capitalistas, pelo contrário, associou-se aos monopólios estrangeiros e latifúndios nativos para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

No processo que desencadeou a Revolução Burguesa no Brasil, o capital estrangeiro soube se adaptar às novas transformações decorrentes do desenvolvimento interno, convertendo a aristocracia agrária à condição de sua "sócia-menor". Mesmo sem a ocorrência de transformações econômicas de natureza revolucionária, o desenvolvimento econômico dependente proporcionou aos novos agentes econômicos internos certa liberdade e independência, favorecendo a emergência histórica de uma "burguesia" nativa. Ao mesmo tempo, o "senhor rural", que antes renegava o "elemento burguês" do seu status para afirmar-se como aristocracia agrária, transforma-se em "grande proprietário" e se vê compelido, sobretudo a partir do fim do século XIX, a "salvar-se" através do "elemento burguês" de sua situação. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Portanto, um dos traços fundamentais do desenvolvimento capitalista no Brasil foi a inexistência das transformações estruturais que, nas revoluções burguesas clássicas, constituíram-se enquanto condições fundamentais, como as revoluções democrática e nacional. Assim, o processo de modernização do Estado e aceleração do desenvolvimento das forças produtivas se dá, justamente, pela integração e manutenção de formas econômico-sociais arcaicas na dinâmica particular do capitalismo dependente. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A transformação capitalista não-clássica da sociedade brasileira - processo pelo qual não houve uma tomada do poder pelas classes dominadas e a construção de um novo regime político - também se articulou com a substituição da força-de-trabalho escravizada negra pelo trabalho assalariado de uma massa de imigrantes do centro e sul da Europa para os centros políticos e econômicos do país. Tal processo de branqueamento das classes dominadas nacionais contribuiu para o controle social, econômico e político da massa de trabalhadores escravos, que se encontravam desamparados e substituídos por seus antigos senhores sem qualquer vínculo de subsistência, direito à reparação econômica, reforma agrária, etc. Desta forma, a integração do negro na nova sociedade competitiva que se instaurava a partir do fim do século XIX se deu na medida em que era rigorosamente excluído da cidadania na nova sociedade brasileira que surgia. *[Resolução da DN, 2022]*

No campo ideológico da luta de classes, da construção dos consensos sobre a sociedade nacional e os entendimentos da história brasileira, fundou-se a partir das classes dominantes no século XIX a ideia de que o Brasil era fruto da confluência pacífica e harmônica dos elementos brancos, negros e indígenas, de forma que se conformasse uma suposta democracia racial, onde a existência de elementos mestiços e de uma cultura produto destas mediações fossem prova da coexistência pacífica entre os elemen-

tos étnico-raciais nacionais. O mito da democracia racial ainda é mobilizado política e ideologicamente para naturalizar e legitimar a origem da situação nacional e ocultar o elemento da dominação racial, do desenraizamento cultural, da contribuição fundamental do componente africano em todo o conjunto da vida social e cultural do povo brasileiro. *[Resolução da DN, 2022]*

A necessidade de apagamento das experiências de luta das populações escravizadas e do componente escravizado como parte do povo brasileiro também produziu o falso entendimento do “brasileiro cordial”, tendo a paciência, a conciliação e a passividade como traços típicos - armas da classe dominante para pacificar as classes trabalhadoras, desmerecer e ocultar séculos de lutas dos trabalhadores escravizados brasileiros e africanos, ou mesmo do movimento operário e camponês no interior da sociedade capitalista e dependente brasileira. Tais construções devem ser combatidas na medida que o movimento popular brasileiro absorva e reivindique a história de luta do povo brasileiro, seus personagens que lutaram contra a dominação, a exploração e a rapinagem colonialista e imperialista, que serão para sempre lembrados como exemplos históricos da combatividade e altivez do povo brasileiro em lutar por sua liberdade e contra a opressão durante todos os séculos. *[Resolução da DN, 2022]*

No interior de uma sociedade em que o conflito racial é produto histórico da permanente exploração da força-de-trabalho negra, que num primeiro momento fora escravizada e desenraizada, para ser expulsa do centro da produção nacional na medida em que conquistara emancipação formal, várias tarefas na luta pela integração e a construção da igualdade são necessárias para fundir a unidade nacional em suas tarefas radicalmente democráticas, revolucionárias e socialistas. Como diria Florestan Fernandes, a qualidade da vida do trabalhador negro é a qualidade da democracia brasileira. O conjunto amplo da experiência de desumanização, exclusão, apagamento cultural e subjugação esterilizante do conteúdo da experiência negra na história nacional constitui um imenso barril de pólvora pela luta revolucionária brasileira. Neste sentido, desarticulado o componente negro da contradição de classe nacional do movimento revolucionário - ou mesmo, desarticulado o movimento revolucionário brasileiro do componente negro da contradição de classe nacional - não estariam corretas ou completas as reivindicações por democracia substantiva, igualdade, soberania e o conjunto da luta pela derrubada do poder burguês e a constituição de uma ditadura da maioria explorada do povo contra a burguesia que o oprime, a serviço e em conluio com a rapinagem imperialista. *[Resolução da DN, 2022]*

Neste contexto, a luta pela reivindicação da identidade negra nacional, a incorporação da história de luta dos povos escravizados que foram incorporados ao empreendimento nacional, são de interesse e tarefas dos comunistas na medida que se articulam com a construção da tomada do poder pelo povo brasileiro. Desta forma, os discursos que esvaziem o sentido

dos termos "identidade", "representação política/representatividade", ou que os distanciem da tarefa histórica de tomar o poder na forma de uma nova organização política e econômica nacional devem ser tomados com a cautela de compreender que também os poderes hegemônicos e a ideologia burguesa disputa por dentro das fileiras dos setores populares, das vanguardas de esquerda e nas próprias organizações que se pretendem revolucionárias para apassivar, domesticar, causar cisões e confusões políticas no interior do movimento revolucionário. Cabe alertar que absolutamente todos os brasileiros, de todas as etnias, inclusive aqueles poucos que compõem as fileiras de organizações de esquerda e ou revolucionários, foram formados sob a hegemonia burguesa, o pensamento racista nacional, e um conjunto de princípios e valores que não são extirpados a serem determinadas pelo lugar social ou com a adesão simples à ideias de esquerda. Todo o brasileiro foi educado pela mão de ferro da burguesia e do imperialismo, das inúmeras formas pelas quais a cultura nacional é constituída e disputada pelo imperialismo. A superação da sociabilidade racista e preconceituosa deve ser almejada, mas é impossível de ser alcançada individualmente ou no interior de pequenos nichos nacionais (pessoas de esquerda, por exemplo). As tarefas de superação da sociabilidade racista são coletivas e só poderão ser verdadeiramente alcançadas quando da superação da dominação do homem pelo homem, e a saída da humanidade de sua fase pré-histórica, na superação da sociedade de classes. Isso não significa que não devemos zelar pela fraternidade e cuidar das relações entre grupos sociais historicamente dominados e explorados de maneira particular no que diz respeito à sua origem étnico-cultural. *[Resolução da DN, 2022]*

O racismo na dimensão em que engendra o apagamento da diversidade étnico-cultural nacional, em especial na pasteurização europeizante da cultura nacional, precisa ser combatido em a todas as esferas e espaços de política nacional e há tarefas específicas sobre as quais diz respeito no mundo do trabalho, na articulação da educação e da ciência nacional, na política cultural, na política industrial nacional e nas mais variadas necessidades de reforma da vida social brasileira. *[Resolução da DN, 2022]*

O racismo no Brasil, apesar de suas particularidades nacionais, também é produto do largo histórico da dominação dos povos do mundo sob o jugo da expansão política e econômica das civilizações europeias, experiência histórica encerrada no interior do processo de origem do capitalismo contemporâneo, que articula o domínio direto com a desenvolvimento dependente das economias que foram incorporadas e ligadas ao centro do poder europeu. Neste sentido, e seguindo o exemplo histórico de solidariedade e de combate à dominação, do princípio do internacionalismo proletário, ilustrado exemplarmente pela ação das brigadas de médicos e do exército revolucionário de Cuba em tantas ocasiões - enfatizando aqui a bravura do apoio militar cubano decisiva para a vitória da Revolução Angolana e para a derrota do regime de Apartheid na África do Sul, entendemos que a luta contra o racismo não se encerra em questões domésticas,

mas está contida nas tarefas históricas da humanidade em reconhecer a humanidade e o direito de autodeterminação dos povos, suas culturas e seu direito à vida e à riqueza social. *[Resolução da DN, 2022]*

Desta forma, a criminalização das periferias, vilas, favelas, e territórios negros em geral, é uma forma de criminalização das classes trabalhadoras: forma de legitimar a violência estatal que violenta a vida das classes trabalhadoras de maneira generalizada à medida que se sustenta na ideia de combate ao crime - que faz da vida do povo pobre um constante alvo de violência militar organizada permanente, que conviva com a força da ordem e garanta a dominação política direta. Não se pode confundir, portanto, a existência de diversas organizações armadas que articulam o crime organizado como produto da política do imperialismo e das classes dominantes brasileiras, com o conjunto da vida das classes trabalhadoras e com o estigma assim gerado à vida de grande parte do operariado brasileiro. *[Resolução da DN, 2022]*

No início do século XX, estouraram greves e o proletariado urbano começa a aparecer no cenário político, além de experiências próprias (pesquisas recentes revelam associações de padeiros lideradas por negros e filhos de escravos), os trabalhadores se inspiravam nas lutas de todos os povos do mundo e mais tarde nas notícias da revolução bolchevique que chegavam pelos portos. A repressão nas cidades não se compara ao massacre de Canudos, mas as greves são tratadas pela polícia, somava-se a isso as restrições ao direito de voto e inúmeras fraudes eleitorais. Nesse ambiente estoura a revolta dos tenentes e a coluna Prestes, a "República Velha" começa a morrer e um novo período se inaugura a partir do golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 1930. Como figura de grande prestígio, o Cavaleiro da Esperança é convidado por Getúlio para ser o chefe militar da "revolução", mas Prestes recusa, porque compreendeu que Vargas não propunha reformas profundas para o povo brasileiro. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As transformações conduzidas "a partir de cima" consolidaram um poder dominante autocrático bastante hostil a quaisquer pressões populares que pudessem exigir mudanças, mesmo que dentro da ordem. A 'democracia burguesa' que se constitui no Brasil é, portanto, restrita e funcional apenas para "os de cima", e a dominação burguesa converte a classe dominante em uma força social ultraconservadora e reacionária. Os dinamismos estruturais de nossa sociedade conferem a ela uma instabilidade constante, expressada na pouca durabilidade das constituições, nos curtos períodos de "democracia" com sufrágio universal, etc. Esta é a realidade que uma classe dominante com muito pouco a ceder tem que lidar constantemente, oscilando entre a necessidade da contrarrevolução e o

próprio distensionamento da mesma em condições propícias para a manutenção no poder do mesmo bloco dominante. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Getúlio Vargas dá impulso à industrialização. A classe operária urbana começa a ficar numerosa e a cooptação passa a ser tão importante quanto a repressão. Percebendo a força crescente da classe trabalhadora, Vargas cria o Ministério do Trabalho e começa a reconhecer alguns direitos trabalhistas para manter diversos setores sob seu círculo de alianças. Durante a ditadura do Estado Novo, Getúlio cria a CLT, regulamenta os direitos trabalhistas, reconhece legalmente os sindicatos e ao mesmo tempo os atrela ao Estado. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A consolidação da Revolução Burguesa no Brasil ocorre no contexto global caracterizado pela hegemonia do imperialismo estadunidense e expansão do capitalismo monopolista após a Segunda Guerra Mundial. Quando surgem condições materiais para o Brasil consolidar o processo de modernização e transição ao capitalismo monopolista, e o movimento popular cresce na luta por reformas estruturais de base. Já não havia espaço para o surgimento de "novas potências" ou "nações soberanas", especialmente debaixo da aba do tio Sam, e justo após o triunfo da revolução cubana. A ditadura civil-militar iniciada em 1964 foi, então, um ponto culminante na plena estruturação do bloco de poder dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio em nosso País. A emergência e expansão do capitalismo monopolista estendeu o domínio das grandes corporações capitalistas nos países periféricos sem necessitar de uma transformação extensa e profunda nas suas estruturas coloniais, neocoloniais ou competitivas. Assim, as grandes corporações através das nações hegemônicas exigem dos países periféricos que coloquem "a casa em ordem" para garantir a viabilidade do "desenvolvimento por associação", padrão contemporâneo da dominação imperialista em nosso país. *[VIII ENJCA e IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A dupla articulação que configura a dependência perdura-se através da superexploração dos trabalhadores que gera superlucros compartilhados pela associação das classes dominantes internas, em particular algumas frações destas como o latifúndio exportador e a burguesia monopolista, com o capital imperialista, o que supõe e reproduz certas formas e modos de dependência. Essa 'pouca exibibilidade' do crescimento econômico demonstra a maneira como a dependência tecnológica em relação às grandes potências é eternizada, num padrão de desenvolvimento que permanece passivo diante dos interesses externos. Fica evidente o peso que o elemento externo tem no direcionamento da própria dinâmica interna da economia dependente. A dupla articulação apresenta-se de modo que a articulação interna (desenvolvimento desigual entre distintas formas de produção, articulando setores arcaicos e modernos e implicando modos relativos de subdesenvolvimento) vincula-se à articulação externa (imperialismo/dependência), e esta última faz parte e é constitutiva da

própria estrutura interna. Ambas se articulam dialeticamente e constituem o todo unitário que configura a formação social brasileira. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O Brasil está articulado ao imperialismo. No desenvolvimento desigual do capitalismo a nível mundial, o Brasil assume posição marcada: passa por diversas formas de dependência, articulada à modernização conservadora e à emergência do capital monopolista. O capitalismo e a dominação burguesa dependente do imperialismo leva em consideração a "subordinação" e a "associação" como elementos dinâmicos, ou seja, forja uma burguesia com vitalidade suficiente para internalizar a dominação imperialista e o capital financeiro a partir da própria estrutura dependente. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Reafirmam-se, então, as referidas tendências: o fracasso da modernização do chamado terceiro mundo como um defeito estrutural do próprio sistema; a tendência cada vez maior de monopolização do grande capital vinculado com o domínio das potências imperialistas; e a impossibilidade de a burguesia nativa brasileira construir um projeto nacional autônomo, devido a sua condição de 'sócia menor' das grandes corporações internacionais. As novidades conjunturais não eliminam a dupla articulação (dependência externa – segregação interna) que se eterniza como essência estrutural da ordem capitalista dependente. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O padrão estrutural desvendado por Florestan Fernandes segue se aprofundando na realidade socioeconômica brasileira. A burguesia nativa dependente e associada ao imperialismo segue perdurando seu domínio em um vínculo quase de fusão com o Estado brasileiro; a superexploração da força de trabalho é a lei; a manutenção de estruturas arcaicas como o latifúndio (hoje modernizado) continua inelutável; e os vínculos de dependência tecnológica e financeira de nossa burguesia com o grande capital internacional se aprofundam cada vez mais. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

O capital é um sistema de controle sócio metabólico, ou seja, uma forma determinada e histórica de controle social da forma como a humanidade se relaciona com a natureza, produz os bens e os meios de produção a partir de sua apropriação da natureza e os distribui, da mesma forma que também autorreproduz sua própria natureza de forma determinada por esse sistema de controle. É uma relação social, econômica e política em unidade. Como forma histórica de controle não é destruído pela simples expropriação da propriedade privada dos meios de produção, sendo o capitalista uma expressão corporificada, uma manifestação do próprio capital, é necessário transcender a totalidade das relações de controle sócio metabólico do capital por relações de novo tipo. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O processo de constituição do capital é resultado da desagregação, em todos os modos de produção anteriores, até seu ápice no capitalismo, dos produtores entre o controle da produção e dos produtos. Portanto, a acumulação primitiva de capital, não significa apenas uma acumulação de riquezas, mas antes a constituição do capital como forma histórica determinada de controle sócio metabólico é o processo progressivo de destituição dos produtores do controle e da propriedade sobre toda produção, tanto no que se refere aos meios de produção e aos produtos, mas também ao ritmo e volume. Essa relação existia antes do próprio capitalismo em forma e intensidade distintas. Assim, o socialismo deverá representar a retomada do controle da produção por parte dos produtores, para a destruição não só do capitalismo, mas também do capital: o retorno do "caracol

à sua concha”, como diz Marx. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Desde a década de 1970 que o capitalismo tem visto suas crises se intensificarem cada vez mais. Alguns atores específicos contribuíram para dar certo fôlego momentâneo ao capital, como o fim da URSS e o avanço do capital sobre a China, que representaram uma expansão do domínio geográfico do capital bastante expressivo. Mas a partir dos anos 2000, as crises cíclicas já voltaram com toda a força e o que vemos agora é um movimento que se aproxima de um continuum depressivo, ou seja, uma crise constante (que não deixa de ser um conjunto de crises cíclicas, tão próximas umas das outras que mais parecem uma só crise prolongada). Isso ocorre, pois as crises cíclicas estão dentro da crise estrutural, caracterizada em nosso VI Encontro Nacional como uma crise que: “(...) possui características específicas: trata-se de uma crise global (tende a afetar todos os países e ramos de produção), universal (afeta todas as esferas da vida social – ambiental, política, moral, econômica, etc.) e que tende a se intensificar, pois o período entre as crises cíclicas que se dão no interior da crise estrutural tende a diminuir, no sentido de uma depressão contínua”. Aquilo que a humanidade conheceu no período 1945-1967 nos países centrais como o estado de bem-estar social já está, agora, em processo avançado de desmonte. Direitos como saúde, educação, transporte e cultura, tudo é privatizado. Tudo que era minimamente duradouro torna-se cada vez mais descartável, para acelerar os ciclos de reprodução do capital (a chamada “obsolescência planejada”). *[VI ENJCA e IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O setor de serviços assume cada vez mais a lógica industrial. A inovação tecnológica é cada vez mais acelerada. A indústria armamentista (que tem a especificidade de produzir mercadorias muito caras, que são compradas com dinheiro de fundo público e, muitas vezes, nunca são utilizadas, ou são utilizadas para destruir mercadorias, abrindo espaço para novas) cresce sem parar na forma de um complexo industrial-militar. Há uma completa fusão do lobby das armas com os estados nacionais, onde nos EUA somam a assustadora cifra de 600 bilhões de dólares, maior do que todos os países da OTAN, China e Rússia em conjunto, fenômeno que em razão de uma guerra pode levar à extinção da humanidade. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A máxima dessa ordem é a obtenção de lucros e para isso qualquer meio é utilizado como justificativa. Peguemos como exemplo as guerras construídas e consolidadas pelos Estados Unidos da América há décadas, em que invadem, saqueiam, assassinam populações de outros países inventando álibis para justificar o massacre e a obtenção de riquezas naturais. O sistema do capital é orientado pela expansão e dirigido pela acumulação, como um fim em si mesmo, mesmo que o próprio planeta em condições favoráveis para existência da vida esteja em xeque, mesmo que a própria humanidade esteja morrendo à míngua. Frente à contradição

fundante entre trabalho e capital, o primeiro é sempre subjugado e o antagonismo dessa relação atinge o âmago do sistema. É impossível para o sistema do capital se desenvolver de forma justa e igualitária. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Ao afirmar que estamos fadados à barbárie dentro dessa ordem social, também afirmamos que é completamente possível a transformação social, e que, justamente por que o sistema do capital é essencialmente irracional e destrutivo, tendo como princípios a acumulação e a sua auto expansão, a humanidade não vai se deixar matar de fome. Marx advertia que a ordem social capitalista criou a classe que forjaria seu fim. É por tudo isso que dizemos que o atual período é o da crise estrutural do sistema do capital: estamos mergulhando no período mais crítico para a sobrevivência da humanidade que já ocorreu em toda a história. Vivemos num momento histórico em que as necessidades do sistema do capital chocam-se frontalmente com as necessidades das classes trabalhadoras e dos povos do mundo. Momento em que a saída para a crise apresentada pelo sistema é a miséria para a grande massa da população. É a falta de emprego, é a falta de direitos básicos como saúde, educação, moradia. Alia-se a isso outro aspecto também fundamental deste momento histórico e da fase imperialista de desenvolvimento do capitalismo: o controle de muitas regiões do planeta lideradas pela potência imperialista estadunidense. Assistimos constantemente a intervenção militar dos EUA nos países para fomentar ou constituir guerras. Sabemos, no entanto, que a construção do socialismo é tarefa consciente e ativa das classes trabalhadoras de todos os povos do mundo, mesmo o imperialismo senil e decrépito não cairá de maduro, nem produzirá o socialismo como produto imediato. *[VII ENJCA e IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O FASCISMO ONTEM E HOJE

O fascismo clássico representou o que Gramsci caracteriza como uma "Revolução Passiva", pelo alto, uma transformação societária que desloca a forma de dominação burguesa democrática-liberal num momento de crise societária. A crise orgânica da sociedade capitalista em seu estágio imperialista abre um período de graves conflitos sociais entre as classes e segmentos sociais em que a forma de dominação burguesa é incapaz de manter a coesão social e entrega essa tarefa ao seu setor mais reacionário. "O velho morre e novo não pode nascer". O fascismo clássico se caracterizou pela invocação do nacionalismo italiano e articulou o cesarismo do líder carismático na figura de Mussolini. Manteve, no seu período de gênese, uma relação muito próxima com as massas operárias recrutando, inclusive, importantes lideranças socialistas que passam pelo chamado processo de "transformismo", associadas a mutação para um modelo sindicalista sectário corporativo. O discurso fascista se move por algumas reivindicações justas da classe trabalhadora e chega, até certo ponto, a mobilizá-la, mas apenas para encerrá-la (como aconteceu nos acontecimentos depois da Marcha sobre Roma na Itália e na aniquilação da SA de Ernest Röhm na Alemanha nazista). *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O fascismo é um fenômeno que surge na fase imperialista do capitalismo: a era em que vivemos, dominada pelo capital financeiro (gerada pela fusão do capital bancário com o capital industrial). O fascismo é um produto da contra-revolução promovida pela grande burguesia: um movimento sócio-político chauvinista, anti-proletário, antisocialista, antidemocrático. A

crescente concentração e centralização do capital camufla seu conteúdo ultraconservador sob uma máscara “modernizadora” e demagógica. A ideologia fascista usou elementos das várias linhas de pensamentos reacionários e tradicionais (presentes na cultura específica de cada país), combinando-os com base em um uso pragmático, usando artifícios irracionais fundidos com uma “racionalidade formal” de tipo manipulativo. O fascismo, apesar de se ancorar num pensamento aristocrata renovado, não é algo do passado, mas absolutamente moderno. Após a chegada ao poder do nazismo, o comunista búlgaro Dimitrov definiu o fascismo como “ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais imperialistas, mais chauvinista do capital financeiro” e propôs “unidade na ação” com a social-democracia para enfrentar o fascismo, sem que os comunistas abdicassem de sua luta por um poder revolucionário capaz de abrir o caminho ao socialismo. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O novo fascismo caracterizado pela situação nacional dos EUA engloba alguns desses elementos sob um novo aspecto adequado às circunstâncias históricas particulares. Apesar da derrota no campo militar, o fascismo continua vivo até hoje, não só como uma ideologia e força política organizada, mas como uma potencialidade de dominação internamente constitutiva do capital financeiro. Surgiram tipos de fascismo que se baseiam principalmente na monopolização do Estado pelo capital monopolista, a imposição de um “pensar” particularista manipulador de uma classe dominante como a “cultura universal” de toda a sociedade, no uso da repressão política e da opressão social com funções contra-revolucionárias. Alguns exemplo notórios de países periféricos: o franquismo espanhol ou salazarismo Português, ditaduras militares no sudeste da Ásia e América Latina, o apartheid na África do Sul, o regime sionista de Israel, etc. Nesses casos, no entanto, a fração hegemônica no bloco do poder é sempre o imperialismo, o capital financeiro estrangeiro, e não as burguesias nativas. Uma nova manifestação do fascismo começou a se manifestar com tendências mais ou menos abertas que se manifestam no interior da versão cada vez mais militarizada, tecnocratizada e manipuladora da “democracia pluralista” dos estados imperialistas, particularmente disfarçado na superpotência norte-americana. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

GOLPE DE 2016 E FRENTE DE ESQUERDA

Os inimigos do povo brasileiro são o imperialismo, os monopólios e o latifúndio; este bloco de poder organizado na forma de Estado autocrático é o responsável pela manutenção da ordem burguesa, dependente e subdesenvolvida, que explora e oprime o proletariado, desprovendo o povo de seus direitos mais básicos. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Deve-se romper com o imperialismo e o capital financeiro, para que possamos nos livrar das algemas que nos prendem aos interesses e necessidades do capital. Capital este que tem como lar os Estados capitalistas que cada vez mais apresentam contradições e disputas internas, tudo com o intuito de reprimir qualquer manifestação contrária à ordem do capital. Seguindo esta lógica – a do capital – fica clara a necessidade de contrapor-se às invertidas de transição deste modelo de sociedade já moribundo. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A subserviência dos Estados periféricos permite ao capitalismo central atuar não apenas indireta, mas, diretamente nos assuntos que julgam ser de interesse do capital. A repressão às lutas sociais, assim como os bloqueios, boicotes e sabotagens, são algumas das artimanhas utilizadas para prolongar sua hegemonia. O desenvolvimento social e o bem estar de nosso povo através de uma aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia é, este sim, uma utopia, no pior sentido da palavra. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Prestes foi acusado, durante a ditadura, de querer diluir a frente democrática e criar uma frente de esquerda, e em carta escreveu: “para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de esquerda – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas ‘de baixo para cima’; que elas se aglutinem, sem excluir também entendimentos entre seus dirigentes, com base numa plataforma de unidade de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. Esta é a perspectiva revolucionária de encaminhamento da luta contra a ditadura, a que mais interessa à classe operária e a todos os trabalhadores. Será a constituição em nosso país, pela primeira vez, da unidade de diversas forças que lutam pelo socialismo. Colocam-se contra essa possibilidade os que preferem ficar a reboque da burguesia e que buscam, com isto, mais uma vez, chegar em nosso país a uma democracia para as elites, da qual não participariam os trabalhadores.” (PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos Comunistas. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, 2a ed., p. 30*).

Nosso debate sobre a necessidade da construção do Partido Revolucionário compreende como aberto o espaço para diferentes arranjos, podendo o papel de vanguarda ser ocupado por mais de uma organização, ou mesmo uma frente entre várias. O cenário mais improvável é o de uma única organização cumprir com esse papel, mas mesmo essa hipótese pressupõe um processo de diálogo e alinhamento programático entre diferentes campos políticos do espectro da esquerda, chegando a uma direção única do processo revolucionário pelo amadurecimento das condições políticas e estratégicas. No debate sobre política de alianças o fundamental é não perder de vista a relação entre estratégia e tática. Unidade efetiva e duradoura se dá à nível programático e com compromisso revolucionário. Sem haver confluência política de fundo a ação conjunta fica resumida ao momento. Há quem afirme, sem esconder certo saudosismo, que o governo FHC “unificava a esquerda na oposição”. É ilusão acreditar que alianças eleitorais, ou em torno de pautas conjunturais (mesmo de oposição a certos aspectos pontuais de um ou outro governo) podem levar à unidade da esquerda, como acreditam algumas organizações e movimentos. A unidade da esquerda será resultado do trabalho e esforço dela mesma. As conjunturas podem contribuir para isso, mas é ilusão pensar que ela será produto natural do acirramento da luta de classes. [VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

Na relação entre estratégia e tática temos duas dimensões importantes de articulação. Apesar de afirmarmos a necessidade de construção de um Partido Revolucionário de novo tipo, sabemos que a revolução não é obra somente do Partido, mas do proletariado revolucionário e de seus aliados, organizados em um bloco de forças sociais anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário. E esse bloco contará com forças diversas, não só comunistas. As duas dimensões de alianças seriam então as que se

constroem visando a unidade das forças comunistas em direção ao Partido Revolucionário, e as que se constroem visando a constituição do Bloco proletário e popular. São campos distintos de alianças, porém articulados. [VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

A situação econômica mundial é de agudização de crises cada vez mais severas, com mais dificuldades para se recuperar, em que esses suspiros de estabilidade duram pouco tempo. O avanço do capital não pode mais acontecer com desenvolvimento social ou avanços civilizatórios. As disputas por mercado, força de trabalho e matérias primas não levarão tecnologia e ciência aos cantos atrasados do planeta. O que temos testemunhado são disputas entre as grandes potências, cada vez mais violentas e assustadoras, enquanto os países com história de colonização são submetidos à condição de submissão e atraso permanente. E é essa a posição que o Brasil deve ocupar no *mapa mundi do capital: um país com reserva de recursos naturais e força de trabalho disponíveis para exploração yankee e das demais potências imperialistas*. [IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

Nesse momento histórico, nos marcos das décadas de 2000 e 2010, de fortalecimento dos setores progressistas latino-americanos, um forte movimento golpista foi posto em marcha. As classes dominantes aproveitaram a oportunidade gerada pelo desgaste dos governos petistas para se livrar de um governo vacilante e conciliador. Os governos petistas foram alvos de uma campanha de fustigação midiática poderosa e se viram enfraquecidos no meio do povo por opções de “governabilidade” que envolveram muitos conchavos, negociatas e pouca mobilização de massa, pouca preparação para o enfrentamento com as elites. Mesmo naquilo que os governos acertaram e houve melhorias relativas nos níveis de vida e reprodução da vida do povo, houve pouco investimento no aspecto subjetivo, político. Os mais pobres tiveram facilidades para o consumo de itens fundamentais, valorização do salário mínimo, aumento tímido de algumas políticas públicas, acesso ao ensino técnico ou superior, entre outras ações. Em geral, resolveram alguns problemas do estômago sem um aumento de consciência e organização para defender essas pequenas conquistas ou mesmo compreender a necessidade de lutar por elas. [IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

Durante o processo de impeachment, a atuação do PT deu grande ênfase à abertura de negociações e novos pactos com as elites. Diante da conspiração e das acusações infundadas contra a presidenta, o partido tardou em denunciar publicamente e mobilizar o povo, as respostas de Dilma e da direção do PT só se tornaram contundentes quando o impeachment já era irreversível. As articulações de bastidores depositavam expectativas em negociatas com a direita e os fisiologistas do congresso. São muitas as demonstrações de que a leitura da realidade brasileira nas cúpulas do PT compreende a coexistência de democracia burguesa no Brasil e a possibilidade de um modelo de desenvolvimento econômico em que as classes

exploradas poderiam ascender sem um firme enfrentamento com as classes dominantes e com a estrutura de dominação de classes. Acreditavam que a dominação burguesa no Brasil teria margem para alargamentos democráticos negociados. Em poucas palavras, o PT tentou convencer as elites da possibilidade de um capitalismo diferente. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A partir de 2016, as classes dominantes declararam o fim da Nova República e a reformulação daquilo que conhecemos como a Constituição de 1988. Aprofunda-se todo o entulho autoritário não superado da Ditadura Civil-Militar por um lado e, por outro, destrói-se tudo aquilo que ficou conhecido como o "pacto social" que são os avanços da Constituição ganhos através da mobilização popular. Destrói-se e aprofunda-se aquele momento histórico. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As privatizações anunciadas pelo golpe vão além do lucro imediato e da mercantilização dos serviços. O desmonte do serviço público foi mais um aspecto da agenda Temer, que assumiu um outro patamar com a aprovação da Emenda Constitucional 95. Houve uma intensificação de vários processos e modalidades de privatização que se articulam e geram reflexos nas três esferas de governo. O congelamento dos gastos é uma forma de garantir o pagamento dos juros da dívida pública, o que outros governos faziam com os "ajustes fiscais" por alguns meses o golpe fez por 20 anos. A dívida hoje consome mais da metade do orçamento do Governo Federal e tem comprometido diretamente a economia porque, além de debilitar as condições de vida do povo, corrói a infraestrutura econômica brasileira ao tornar o investimento nos títulos da dívida mais rentável do que qualquer atividade produtiva. Desde o golpe celebrado nos jornais, o crescimento da economia foi abaixo de 1%, o que evidencia que essa política econômica está promovendo a desindustrialização no Brasil, que também faz parte do avanço da dominação imperialista sob as nações dependentes, nessa fase superior do capital. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O fortalecimento da especulação em detrimento da produção de riquezas gera consequências nefastas para o povo. Um exemplo disso é a reforma trabalhista que normatiza o "bico", promovendo a total desregulamentação do trabalho assalariado no país. Essa extrema "flexibilização" do regime laboral e a retirada de direitos que "onera" os patrões, como o pagamento das férias, do décimo terceiro salário e a garantia de licenças são essenciais para manter as taxas de lucro da classe dominante. Isso além das agressões ao sindicalismo diretamente. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As lutas travadas em 2017 lograram vitórias momentâneas quando jogaram a aprovação do governo para 3% e conseguiram evitar a aprovação da Reforma da Previdência, forçando Rodrigo Maia (DEM) a adiá-la diversas vezes até que saísse da pauta, para retornar depois de resolvidas as eleições. A resposta do movimento popular, no entanto, não nos levou a

outros níveis de capacidade de luta, houve alcance de massa e as estruturas de organização da classe recuperaram um pouco da confiança do povo, mas não lograram aglutinar o povo contra a forte ofensiva do imperialismo. Todas as lutas e investidas contra os golpistas somaram para o enfrentamento ao golpe, mas é importante avaliar o saldo político, o elemento consciente do processo, pois não alcançamos patamares novos de qualidade da luta apesar do esforço da militância. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As Forças Armadas são parte da estrutura permanente de poder e sempre exercem influência nos governos. Nas estruturas de nosso Estado, as marcas desse poder estão evidentes na própria Constituição Cidadã: fruto da transição lenta, gradual e segura promovida pelos militares e que só foi possível, porque lhes garantiu o poder de intervir no Estado sempre que necessário. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O golpe de 1964 também aprofundou o vínculo das instituições militares com os EUA e seu caráter antinacional. A primeira caça às bruxas aconteceu no interior das Forças Armadas, contra os setores progressistas que defendiam o governo legítimo de João Goulart, entre eles, vários militantes vinculados ao PCB foram presos, mortos ou excluídos da corporação. O alto oficialato passou a fazer formação nas escolas gringas e se especializar no combate contrarrevolucionário. Com o fim do regime militar o intercâmbio diminuiu em volume, mas não em profundidade. A escola estadunidense continua formando quadros para exércitos em Israel, no Oriente Médio e até aqui, com oficiais da Polícia Militar e autoridades de segurança pública - além de importantes quadros que atuam em toda a sociedade civil e nos três poderes do Estado. A novidade no golpe de 2016 é a participação direta e pública dos militares na cúpula do governo, a nomeação do General Joaquim Silva e Luna para Ministro da Defesa, o cargo de Ministro Extraordinário da Segurança Pública dado a Raul Julgman no governo Temer, junto ao Gabinete de Segurança Institucional, chefiado por Sérgio Etchegoyen dão a forma institucional para tal. Além disso, foram escandalosas as declarações do comandante do Exército Eduardo Villas Boas, e de outros militares da reserva, na véspera do julgamento do habeas corpus de Lula e a intervenção no Rio de Janeiro. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O efeito subjetivo da presença dos militares na vida pública política do país se deixa ver durante as manifestações reacionárias de 2017 e na greve dos caminhoneiros daquele ano. Em ambos casos, existiu em parte do movimento interesses de classe que foram capitaneados por esse tipo de propostas/anseios extremamente conservadores; em seu conjunto, a ampla maioria do movimento reflete o senso comum e a fascistização da sociedade brasileira. As Forças Armadas são um dos setores com maior subordinação aos interesses imperialistas e estão deixando claro que estão de prontidão. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O judiciário é outra estrutura de poder permanente que tem sido uma das mais importantes para o movimento golpista até o momento. Dos três poderes é o mais adequado para a aplicação pura da política do capital, não depende de aprovação popular, é inacessível para as camadas populares, completamente distante da vida do povo e formada nas cúpulas por uma elite que se auto reproduz. A formação dos juizes que se destacam no processo do golpe, já denunciada em várias notas das nossas organizações, é muito semelhante à lógica da infiltração ideológica entre os militares; contando inclusive com a cooptação e a formação em escolas da CIA e do Departamento de Estado ianque, como é o caso de Sérgio Moro. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O momento da prisão de Lula envolveu movimentações muito habilidosas por parte do comando do PT. Lula escolheu se entregar em dia diferente ao determinado por Moro, em celebração ecumênica com as lideranças de quase toda a esquerda que combateu o golpe, presença de artistas e lideranças religiosas. Quem esperava mais do que isso de Lula ou do PT não entende o que são. A prisão era dada como fato certo há mais de um ano e o PT se manteve na luta eleitoral como única saída. Desde o impeachment, o combate do PT esteve voltado para acumular forças para as eleições, desgastar o governo Temer nas ruas e buscar incansavelmente as alianças e caminhos que os reconduziriam ao Palácio do Planalto - não importa com quem. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O avançar do golpe é o aprofundamento da dependência, o empenho de riquezas e empresas estratégicas, o corte das políticas públicas e a manutenção da transferência de capital aos especuladores através do sistema da dívida pública. As projeções para o futuro, mesmo as do governo, não apontam recuperação significativa da economia e nem poderiam. A prioridade do golpe é a manutenção das taxas de lucro a qualquer custo, é uma lógica de curto prazo em que o país é pilhado para sustentar os monopólios vinculados ao imperialismo e manter os privilégios das classes dominantes. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As classes dominantes precisam se prevenir contra a organização popular, combater exemplarmente os sindicatos e organizações populares, fazer forte campanha ideológica contra os lutadores. O crescimento do discurso e as aproximações fascistas são tendências fortes em momentos de crise e surgem como resposta do capital à intensificação da luta de classes, no nosso país ele está vinculado à tradição de contrarrevolução preventiva, antevendo as crises. Sabendo que seu enfrentamento exigirá mais repressão e aprofundamento das desigualdades, as classes dominantes buscam agir primeiro para reprimir e encerrar a luta organizada dos trabalhadores antes que elas possam se desenvolver e aprofundar. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O projeto imperialista para o Brasil é o de readequação da economia: leilões do pré-sal; vendas parceladas de jazidas; privatização da educação a

conta gotas; privatização parcial do SUS. O Brasil representa um mercado gigante para a sanha do capital, que está atualmente procurando guerra atrás de guerra para sustentar este novo momento. Quebrar com os grandes lucros, seja dos grandes monopólios da saúde, educação, especulação imobiliária e acumular forças a partir das derrotas infligidas ao capital é o que pode nos dar impulso a um novo momento, mais favorável a avanços. Este é o projeto do golpe que se descortinou em 2016 e que passa pela fascistização continuada do debate público, a eleição de Bolsonaro e suas tentativas de encerrar diversas instituições e liberdades democráticas. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

UNIVERSIDADE POPULAR

Entendemos por educação, em sentido amplo, o processo que o ser humano apreende os elementos constitutivos da realidade que lhe é externa e sistematiza-os de modo a crescer sua capacidade de intervir nela por meio da práxis. A peculiaridade ontológica do ser humano entretanto, é que esse processo de apreensão da realidade, que em níveis limitados também se estende a outros animais, não se esgota na reprodução do empírico, mas exercita a capacidade de ir além das aparências fenomênicas e buscar a essência dos objetos e processos que o cercam. Desse modo, a educação é certamente um trilha que conduz o processo de desenvolvimento do ser social, ainda que evidentemente, ela seja um processo que se inscreva dentro das inúmeras contradições sociais engendradas pelos diversos modos de produção e reprodução da vida que passamos ao longo da história. A educação enquanto ampliação das fronteiras do conhecimento dos indivíduos e da humanidade sempre encontrará limites rígidos nas sociedades por ser um produto dela. Nesse sentido, é importante trazer a crítica ao ponto de vista do capital quando trata de educação, com seus indicadores puramente quantitativos, que nos fornecem uma visão em alguns casos distorcida da realidade ou no melhor dos casos limitada, carecendo de caracterizações qualitativas. Essa consideração é relevante, pois acreditamos que o nível educacional de um povo é um importante fator para pensarmos sua realidade, as mazelas que está submetido e a capacidade que tem de superar tais problemas. Só se pode mudar de modo positivo aquilo que se conhece e daí a importância da cultura, que evidentemente vai além do conhecimento científico, e engloba a arte, a política, a mitologia, etc. [VIII ENJCA, adaptado pela DN entre

2021 e 2022]

A educação formal é uma esfera evidentemente bem particular dessa dimensão e é preciso ter isso em mente para que não tomemos a parte pelo todo quando a analisarmos. Ainda que longe da ampla totalidade de todos processos educacionais fornece um importante parâmetro para reflexão, se os elementos são assimilados de modo crítico. Sabemos que a educação formal dentro do sistema capitalista cumpre o papel de formador de força de trabalho na perspectiva de reprodução e manutenção da ordem. Entretanto, é evidente que a ausência de escolarização não é emancipatória, pois priva o indivíduo de uma série de conhecimentos e socializações que o enriquecem tanto em sua consciência social, condição de vida, situação econômica e quiçá organização política. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Não há universidade que paire acima do modo de produção e do regime de classes. Ela é integrada à sociedade, internaliza seus dinamismos e contribui para a reprodução de muitas estruturas. Por outro lado, não o faz "passivamente": como instituição-chave, ao mesmo tempo em que reflete, influencia um conjunto significativo de instituições da sociedade que a comporta. Assim, contribui para a formação de uma intelectualidade orgânica de classe, os quadros destinados a ocupar os postos do Estado e para própria tecnocracia empresarial, os novos educadores de diversas camadas sociais através dos diferentes níveis educacionais (grandes reprodutores das ideologias de classe), os quadros técnicos para ocupar postos no sistema produtivo, os profissionais para a aplicação de políticas assistenciais, etc. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Em seu conjunto, as universidades latino-americanas absorvem um pouco das várias experiências universitárias existentes da nascente sociedade burguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX, notadamente das experiências francesa, inglesa e alemã. A absorção e síntese desses modelos por parte das universidades latinoamericanas ocorre, no entanto, com a particularidade de vinculação com a formação social que lhe é estruturante: ocorre no interior de uma economia dependente agroexportadora e na formação de um Estado com fortes características autocráticas, quando muito praticando uma democracia restrita, incapaz de absorver as pressões dos "de baixo" num sentido construtivo e reformador. No caso brasileiro, a implantação das primeiras escolas superiores é ainda mais tardia (início do século XIX, embora existam exemplos anteriores isolados, vinculados aos Jesuítas), diferente de alguns exemplos da América espanhola, como a UNAM no México (fundada em 1551), a UCV na Venezuela (1721), Universidade de Havana (1728) em Cuba. Apesar do modelo de colonização possuir grandes semelhanças entre o projeto espanhol e português, este último foi implementado por uma potência colonial que entrou mais cedo em fase de decadência e decomposição, perdendo força e se endividando prematuramente junto a outros países do velho continente, tornando-se

incapaz de reproduzir alguns dinamismos. Essa forma tardia ainda ocorre como faculdades isoladas no interior do modo de produção escravista-mercantil: expressa o prestígio oligárquico e as necessidades das elites senhoriais. Por isso, com a vinda da família real (1808) e a formação de um Estado nacional após 1822, o ímpeto de boa parte dos primeiros cursos foi em torno de profissões liberais (médicos, engenheiros) e quadros para assumir funções na burocracia estatal em formação (direito). O primeiro curso de ensino superior foi a Faculdade de Medicina da Bahia, fundada em 1808. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O motor da produção transita da força de trabalho escrava para o assalariamento (com grande impulso da vinda de imigrantes europeus) e, com a abolição da escravidão (1888), já predomina no início do século XX uma economia capitalista competitiva, prolongando os laços de dependência e modernizando-os. As disputas das frações de classe dominante ocorrem "intra-muros", ou seja, sempre dentro da segurança da sobrevivência do sistema como um todo, sempre e apenas como momentos da consolidação de um único projeto de classe: a vigência do modo de produção capitalista dependente. Ora, essa realidade dura do capitalismo "difícil" ou "selvagem" não poderia passar despercebida nas universidades. O ímpeto modernizador dessas instituições de ensino superior ocorre com a industrialização do país e é plasmada por ela, e marca o surgimento das primeiras instituições universitárias propriamente ditas (USP, em 1934), as quais Florestan Fernandes caracteriza como "universidades conglomeradas", ou seja, conjunto de faculdades isoladas que passam a ser aglomeradas sob um mesmo guarda-chuva institucional. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Os documentos do segundo Congresso Nacional de Estudantes (1938), um ano depois da fundação da UNE, representam as primeiras formulações de maior expressão do movimento estudantil brasileiro. Neles está presente "a necessidade de libertar a economia nacional da exploração imperialista", tratando problemas nacionais como o da siderurgia e de outras riquezas naturais; a luta pela redução das taxas e matrículas, pela nacionalização do ensino, com "a difusão da cultura pela integração da Universidade na vida social popular" através de "cursos de extensão e divulgação dos conhecimentos científicos e artísticos, realizados nas cidades e nos campos e dirigidos diretamente ao povo" e da "criação de universidades populares, onde, ao lado de ensinamentos de ofícios manuais, sejam ministradas às classes de povo noções de ciência, artes e letras" (POERNER, 1979, p. 137 e 138). Esses documentos são tão significativos que eles basicamente dão conteúdo de duas décadas de lutas, e como movimento popular, extrapolam os muros das universidades. É daí que sai a base da formulação das lutas de importância nacional, tal como a nacionalização dos recursos naturais e a campanha "o petróleo é nosso", bem como as lutas antifascistas empreendidas pelo movimento estudantil brasileiro. A noção de "criação de universidades populares" ainda aparece como exterior à universidade existente, como se essa criação não passas-

se pela disputa de dentro para fora da universidade socialmente construída. Ela se vinculava ao processo de alfabetização, de profissionalização e de superação do atraso cultural do povo brasileiro. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Já na década de 1960, o movimento dos trabalhadores e estudantes entra em nova fase no país. A necessidade colocada é de reformulação dos elementos programáticos para a universidade brasileira, passado a experiência da primeira onda de industrialização das décadas de 1940 e 1950. Neste período ocorrem os Seminários Nacionais de Reforma Universitária, o primeiro, na Bahia (1961), e o segundo no Paraná (1962). Nos documentos aprovados nesses seminários (Declaração da Bahia e Carta do Paraná), a luta pela universidade popular já aparece numa concepção mais próxima de uma estratégia política de disputa por dentro da universidade existente, mas também de fora para dentro. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Com o golpe militar de 1964, o projeto da burguesia passa pela ampliação da vinculação da universidade com os grandes monopólios nacionais e estrangeiros, já sob a égide da hegemonia imperialista estadunidense, adequando a "reforma" da universidade brasileira aos acordos do Ministério da Educação e Cultura com a United States Agency for International Development (agência yanque para ingerência imperialista em economias vulneráveis), popularmente conhecido como acordo MEC-USAID. A universidade brasileira amplia consideravelmente sua relação com os setores produtivos, adequando a produção de ciência e tecnologia ao projeto lucrativo do grande capital, usando e ampliando para isso a infraestrutura pública e os recursos humanos. Com a grande ampliação da pós-graduação, a universidade impulsiona a produção de conhecimento adequado a interesses estratégicos, tais como as áreas de minérios, energia, telecomunicações, e a chamada "Revolução Verde", voltada à modernização do campo, vinculando o latifúndio ao projeto do capital financeiro, hoje conhecido como agronegócio. Paralelo a isso, há um grande incentivo aos grupos educacionais privados, que passam a ter o controle da ampla maioria das matrículas do ensino superior, situação que se prolonga até hoje. Essa situação consolidou uma ordem permanentemente autocrática e dependente, adequada ao fluxo da modernização conservadora e do desenvolvimento econômico sem democracia real, mas apenas formal, pois ocorre sem a realização das reformas democráticas e das tarefas nacionais típicas das revoluções burguesas clássicas. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Acabado o horizonte do reformismo burguês, ficou inviabilizada também uma reforma universitária que atendesse aos reais interesses do povo brasileiro. Na nossa compreensão, "reforma universitária é indissociável da destruição da monopolização do poder pelos estratos conservadores das classes altas e médias", ou seja, a ideia é "construir uma universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e

socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos” (Florestan Fernandes). *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Mais recentemente, a partir dos anos 1980, o ANDES-SN assumiu papel importante na formulação programática para a disputa da universidade brasileira. Trata-se da Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira, documento programático de acúmulo de debates de diversos simpósios, reuniões, congressos e assembleias que culminaram nos Conselhos Nacionais de Associações Docentes (CONAD) ao longo de mais de duas décadas. O ANDES-SN, com esse documento e outros, tem feito uma combinação interessante entre a crítica ao modelo atual de universidade, suas feições mais atuais embutidas na contrarreforma universitária, e a apresentação de uma nova proposta para a educação superior. Tal sistematização contribui muito para o estabelecimento da mediação prática entre os elementos da estratégia e a luta cotidiana. As propostas de universidade que não se amparam na crítica ao modelo implementado no Brasil pelas últimas administrações FHC-Lula-Dilma não serão mais que uma farsa para confundir e enfraquecer o movimento universitário que pretende a transformação profunda da universidade. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Temos aqui claramente traçados três momentos históricos significativos na constituição do projeto alternativo de universidade: anos 1940, 1960 e 1980. Em todos esses momentos em que as lutas educacionais e universitárias ganharam relevância, temos a elaboração programática como um processo que antecede ou é concomitante ao ascenso das lutas de massa. Também por isso são, assim podemos dizer, formulações programáticas de maior peso na história, pois foi a teoria se transformando em força material, ganhando peso social e dando conteúdo para a luta de classes ao lado dos explorados e oprimidos. No entanto, em nenhum desses momentos o movimento popular obteve vitórias que levassem a transformações estruturais na ordem vigente. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Mais recentemente, o imperialismo através de diversas agências internacionais (Banco Mundial, FMI, BID, OMC) tem buscado inserir a educação e a ciência e tecnologia no hall de serviços aptos a serem comprados e vendidos: consolida-se o chamado “capitalismo acadêmico”, a universidade-empresa. A síntese de todo esse processo é a universidade vinculada aos interesses do bloco de poder dominante em nosso país: o imperialismo, os monopólios e o latifúndio. Os governos Lula-Dilma não romperam com esse padrão de dominação e seguiram implementando o mesmo projeto de aprofundamento da dependência do Brasil aos ditames do capital monopolista. A contrarreforma universitária, aprofundada pelos governos Lula-Dilma, faz parte do projeto global que as classes dominantes têm para o ensino superior brasileiro e inclui uma série de medidas isoladas. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Durante os governos PT, houve um significativo crescimento dos indicadores quantitativos na educação, apesar de que, conhecendo a realidade da escola pública, há de se manter algumas dúvidas sobre a expressão real de algumas conquistas. Além disso, o crescimento quantitativo do ensino superior nada nos fala sobre o caráter ideológico dessa educação e tampouco sobre a relação entre público e privado nesses processos. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O fato é que no governo Lula, diferente de outros momentos da história de nosso país, a classe dominante não se viu compelida a assumir o controle político de um processo de modernização e democratização em uma "reforma consentida". Ela se aproveitou da apatia geral cultivada pelo governo no âmago da classe para se antecipar em uma contrarreforma preventiva que levará a "universidade-problema" a uma crise sem precedentes. Temos então, dois patamares de organização da contra-reforma, relacionados entre si. O primeiro patamar é o de garantir a partir de fora as diretrizes gerais a serem seguidas pelos países dependentes e os acordos internacionais para inseri-los no mercado mundial de educação. O segundo ocorre a partir de dentro. Ficam claros os perversos mecanismos utilizados por uma classe dominante mesquinha e egoísta ao extremo, não disposta a nada que possa ameaçar o seu monopólio do poder político e que, por isso mesmo, não está disposta a modificações institucionais e mesmo a ceder no campo econômico, o que poderia entusiasmar os "de baixo" a maiores conquistas. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O quadro da educação superior no Brasil é muito problemático no que tange o investimento público e a participação do setor privado. Justamente nessa pauta encaixam-se programas como o Fundo de Financiamento da Educação (FIES) e o Programa Universidade para todos (PROUNI). Tratam-se de programas que visam ampliar o acesso da população mais pobre à educação superior, mas o fazem por meio da destinação de recursos públicos para empresas privadas - grupos educacionais no caso do PROUNI, bancos no FIES. Por sua meta inclusiva o PROUNI tem seu relativo mérito, mas aquilo que deveria ser uma política paliativa para amenizar a discrepância histórica entre pobres e ricos na educação, acabou se tornando a política principal dos governos petistas nessa área. Já o FIES funciona através de financiamento onde o estudante tem a possibilidade de começar a pagar sua faculdade até 18 meses após tê-la concluído. Tem um caráter ainda mais mercadológico que o PROUNI uma vez que não isenta as pessoas do pagamento e ainda os deixa à deriva do financiamento de suas dívidas com os bancos, muitas vezes minguando em dívidas por anos. Esse tipo de política educacional do governo federal tornou o Brasil um ambiente muito favorável para o crescimento de grupos privados do setor educacional (Kroton-Anhanguera, Cruzeiro do Sul Educacional, Anima Educação, entre outros). É sintomático que tais grupos não se limitem somente à prestação do serviço educacional em si, mas também produzam livros e materiais didáticos. Importante demarcar que o interesse

privado no mercado educacional não é apenas o da dominação do capital sobre o ensino somente no âmbito da exploração de uma atividade econômica viável, mas no campo educacional-ideológico-cultural. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Para além da mercantilização das matrículas no ensino superior, há também a operação de privatização interna das instituições públicas. As fundações ditas "de apoio" no ensino público vem se fortalecendo nos últimos 20 anos, conforme o Estado vai aprofundando sua institucionalização e ampliando suas atribuições, direta ou indiretamente. Esse ente privado dentro da universidade estatal se fortalece na medida em que privatizava outros espaços estratégicos da máquina pública. Assim ganha a denominação de "Fundação de Apoio", instituições de direito privado, sem fins lucrativos, com sua regulamentação dada pela lei nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994. Nada mais falso que o argumento de que as fundações "de apoio" foram criadas devido ao excesso de burocracia nas instituições de ensino, o que supostamente impediria estas de ter autonomia. Na verdade, as fundações é que impedem, na prática, que as universidades tenham autonomia. Elas servem, na prática, como uma ponte entre a universidade e a iniciativa privada. Isso fica muito claro com a quantidade de cursos de pós-graduação e projetos de extensão pagos que são "geridos" pelas fundações, violando o preceito constitucional de ensino gratuito em estabelecimentos oficiais, garantido no art. 206 da Constituição Federal. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As fundações direcionam toda a produção científica e tecnológica, bem como a formatação dos cursos, currículos, etc, para o mercado, formando uma anatomia complexa de interesses privados com o poder político da instituição em detrimento das demandas e do controle social. A atuação criminosa dessas instituições tem sido comprovada em diversas investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e estaduais, além do Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros órgãos fiscalizadores. Elas agem burlando mecanismos legais, sobretudo na dispensa de licitações e em isenções fiscais. Segundo a ANDES, as principais irregularidades são: contratos e convênios com objetos não relacionados a pesquisa, ensino, extensão ou desenvolvimento institucional; cobrança de taxas de administração abusivas; inobservância de cláusulas da Lei de Licitações; ausência de prestação de contas; ausência de orçamentos detalhados; intermediação irregular em atividades que poderiam e deveriam ser executadas pelas próprias universidades; e subcontratação. *[V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A Lei de Inovação Tecnológica, nº 10.793/2004, é mais uma medida da contrarreforma universitária do governo Lula que, ao invés de buscar a autonomia, aprofunda a dependência, pois subordina a produção científica e tecnológica das universidades ao mercado. As universidades ficam subordinadas ao campo empresarial em vários aspectos. Dentre eles podemos citar o fato de que as empresas poderão impor sua agenda de

prioridades do que deverá ser investigado; como também viabilizar transferência de tecnologias das universidades e dos centros de pesquisa para as empresas (Art. 6º); e a possibilidade de compartilhar com o setor privado seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações e recursos humanos (Inciso I e II, Art. 4º). E o papel das fundações ditas "de apoio" é também mais uma vez reforçado. Além de reconhecê-la como instituição legítima (inciso VII, Art. 2º) acaba fazendo dela elemento estrutural do processo inovador, pois seria o caminho o pesquisador-empREENDEDOR "receber retribuição pecuniária" (Art. 8º, parágrafo 2º) além da concessão de "bolsa de estímulo à inovação". [IV ENJCA e V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

Considerando a importante dimensão da educação - lato senso - para a reprodução social, sua disputa é de prioridade estratégica para o capital. Seus principais órgãos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional são conhecidos por apoiar projetos de desenvolvimento nos países, contanto que seguindo diretrizes técnicas (e no fundo políticas) muito específicas de acordo com seus interesses. Na educação básica também é fácil ver a influência de grupos econômicos em seus rumos. Em 2007 foi estabelecido por decreto no MEC o "Compromisso Todos Pela Educação", um plano de metas com 28 pontos a serem cumpridos pelo Brasil para melhorar sua política educacional. Sua implementação se deu em conjunto com a consolidação do "movimento" Todos Pela Educação enquanto uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) dedicada supostamente a contribuir nesse processo de aprimoramento da educação no país. [VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

A partir do governo FHC passou-se a incentivar a criação de cursos na modalidade de educação à distância. E o governo Lula conseguiu colocar a educação brasileira no rentável mercado educacional mundial e o crescimento da modalidade de Ensino a Distância (EaD) foi exorbitante. Em 8 de Junho de 2006, através do decreto nº 5.800, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, "voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país" (Art. 1º), com prioridade para os cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica. A lucratividade desse "serviço" é tanta (mas tanta) – e o investimento em infraestrutura e recursos humanos tão reduzido (aproveita-se as boas estruturas das universidades e bolsistas graduandos como tutores) – que se torna um bom negócio para os empresários. [V ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

O conjunto das grandes manifestações da comunidade universitária brasileira na década de 2010 demonstrou que é possível se contrapor ao projeto do capital para as universidades. A combinação da ampliação da privatização do ensino superior no Brasil (por dentro das universidades públicas e na ampliação da rede das privadas) com o projeto de expansão e

reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – através principalmente do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) – criou contradições explosivas. É verdade que houve ampliação do poder de mando do grande capital no interior das estruturas dessas instituições, no entanto, a precarização do trabalho da nova camada de servidores públicos que ingressaram nos últimos anos (docentes e técnicos) – próprio da divisão entre os “centros de ensino” e os “centros de excelência” –, bem como os estudantes sujeitos ao crescente adestramento pró-mercado e cotidianamente deparados com a difícil tarefa de se manter na universidade, criou amplas camadas dessas categorias com grande insatisfação. É verdade que os mecanismos do Estado são poderosos, entretanto, a política de migalhas não pode fazer do apassivamento do movimento um fenômeno duradouro. Não pode ir muito além da superfície.. Os recursos públicos que vieram com o REUNI acabaram e não há perspectivas de mudanças significativas no quadro orçamentário para a educação, como já ficou demonstrado com os cortes dos últimos anos. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A luta universitária dos docentes contagiou outras categorias e reavivou o debate sobre os rumos da universidade brasileira, como resposta às políticas governamentais que têm fortalecido a mercantilização e sucateamento da educação superior. A expansão ocorrida tornou a situação dos novos cursos e campi insustentáveis. A truculência governamental buscou criminalizar o movimento de greve e impedir as negociações, dando voz ao sindicalismo zumbi (PROIFES) em detrimento do ANDES-SN, legitimado pela categoria. Mesmo assim, a greve foi a maior dos últimos 20 anos. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A ESTRATÉGIA DE UNIVERSIDADE POPULAR

A luta pela Universidade Popular esteve presente nas lutas universitárias e populares de todo o continente. Ela não surgiu ontem. Por um lado, passa pelas lutas que se constituem no interior da universidade tradicional: a luta dos estudantes de Córdoba (1918) que lutaram contra a universidade elitista e arcaica; a constituição da Universidade Popular em Cuba no interior do projeto revolucionário e de construção do socialismo; as lutas da UNE pela reforma universitária (no interior das reformas de base) nos anos 1960; a experiência ainda em constituição da Universidade Bolivariana da Venezuela, entre muitas outras. Por outro, passa pelas experiências que os movimentos populares constituíram a margem da universidade tradicional, entre as quais poderíamos citar: a Universidade Popular González Prada no Peru (1921), na qual José Carlos Mariátegui ministrou diversas conferências e cursos, a Universidade Popular das Mães da Praça de Maio na Argentina (1999), e mesmo a Escola Nacional Florestan Fernandes do MST (2005). Hoje há um conjunto de autointituladas "universidades populares" as mais diversas, sobre as quais temos que aprofundar nosso conhecimento. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A luta pela Universidade Popular é uma estratégia política e essas e outras experiências devem fazer parte do acúmulo necessário para que as lutas no futuro sejam exitosas. Na constituição do projeto global, trata-se de apreender o sentido construtivo de cada uma e desdobrar uma síntese crítica do processo que ainda está em curso. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

É preciso explicitarmos a necessidade e o teor da estratégia sobre a Universidade Popular. É necessário dizer que ela não se contenta apenas com o incremento de recursos para a Ciência e a Tecnologia e para a educação, já que hoje a sua produção é destinada às necessidades de acumulação do capital. Tampouco acredita que uma expansão de vagas no ensino superior significa uma real democratização, pois a grande maioria delas são abertas sem nenhuma estrutura e com viés mercadológico. Ou ainda, não está refém da luta pela cotização de vagas que, embora seja uma medida que podemos considerar como progressista, ocorre num universo que afunila oportunidades e transforma todos em competidores em busca de um trabalho mais recompensador, ou "melhor explorado" (isso quando os estudantes ingressos por cotas são capazes de completar seus cursos, pois na maioria dos casos não são dadas as mínimas condições de permanência). *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A necessária Universidade Popular deve superar as "demandas" dos monopólios, latifúndios e do imperialismo, e colocar em evidência as necessidades mais sentidas de nosso povo. Mas é claro que isso não se faz sem a devida disputa real, no campo das possibilidades colocadas, onde nos con-

frontamos diariamente com a ausência de espaços democráticos, com demandas nitidamente colocadas pelas necessidades do capital, e fechamento dos canais para a satisfação das necessidades do povo. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Não há revolução social espontânea. Os mecanismos de dominação ideológica da burguesia tornaram imperativa a tarefa de criar uma consciência social que leve em conta a possibilidade positiva de construção da nova ordem social, o programa e os meios para implementá-la. Lenin criticou longamente aqueles que pensavam que simplesmente desenvolvendo as táticas mais radicais, mais arrojadas e explosivas, porém desvinculadas da consciência e da organização da massa, seria possível gerar convulsões sociais de caráter revolucionário. No entanto, também criticou aqueles que pensavam que o mero "somatório" de conquistas levariam "naturalmente" ao socialismo, de modo gradual. O pensamento dos comunistas deve permanentemente remeter à estratégia, elemento que está na raiz da origem de nossa organização. Aliás, está também na raiz das derrotas do passado. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Em cada luta parcial devemos apontar os objetivos últimos do movimento. Trata-se da mediação entre as tarefas imediatas das lutas (salário, emprego, educação, saúde, terra) com a apresentação da possibilidade da nova estrutura social. A estratégia é guia, no sentido que não considera cada luta independente entre si, mas articula todas ao objetivo comum, que não pode ser a simples negação do existente. A estratégia se apresenta como uma saída positiva, que se articula com a negação em interação recíproca, mas que não pode ser com ela confundida (denúncia e proposta se articulam profundamente, mas são distintas, e ambas são importantes). Além disso, tática e estratégia se articulam dialeticamente. A luta pela reforma agrária pode ser estratégia na luta pela transformação da estrutura agrária brasileira, por exemplo, mas dentro da revolução brasileira é estratégia parcial, com vínculos sempre mais complexos com patamares superiores de luta. Da mesma forma, a Universidade Popular não é e nem pode ser um projeto pronto, pois é estratégia: ela possui princípios gerais que devem ser constantemente apresentados como horizonte para a solução positiva dos problemas candentes (direitos estudantis, pesquisa e extensão, reformas curriculares, planos de carreira, isonomia salarial), ou seja, como ponto de chegada de programas de ação viáveis e exíveis. Estes mesmos problemas podem ser resolvidos de formas diferentes de acordo com o referencial estratégico de universidade que se tem, ou com a ausência deste (podendo ser permanentemente adequados à estrutura existente). O que determina é a concepção de universidade que se defende. Em suma, a estratégia deve ser corretamente antecipada, mas não é nunca um "passo a passo" ou uma cartilha. Sem ela, igualmente, corre-se sérios riscos de se cometer erros graves, que podem significar anos ou até décadas de história. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Na luta pela Universidade Popular o desafio se trata da mediação entre as tarefas imediatas das lutas vinculando-as com a apresentação da possibilidade de uma nova estrutura social como alternativa. A estratégia é guia, no sentido que não considera cada luta independente entre si, mas articula todas ao objetivo comum, que não pode ser a simples negação do existente. A estratégia se apresenta como saída positiva, que se articula com a negação e ao objeto da negação em interação recíproca, mas que não pode ser com ela confundida (denúncia e proposta se articulam, mas são distintas, e ambas são importantes). Além disso, tática e estratégia se articulam dialeticamente. A luta pela Universidade Popular pode ser estratégia na luta pela transformação da universidade brasileira, mas dentro da revolução socialista brasileira é estratégia parcial, com vínculos sempre mais complexos com patamares superiores de luta. A Carta de São Paulo, acúmulo resultante do II SeNUP, expõe que “não se pode transformar a sociedade de fato a não ser pela organização da classe trabalhadora” e que “a universidade não é um elemento da base da sociedade, mas sim da superestrutura”, de modo que “a luta universitária deve estar articulada e calibrada com as lutas maiores que se processam fora dela”. Devemos lembrar que a luta por uma universidade popular é uma luta estratégica – parcial – dentro das lutas amplas pela transformação da sociedade, que precisa ser vista como bandeira geral para a luta pela transformação da Universidade. Dessa forma, a estratégia da Universidade Popular aponta os caminhos que orientam cada pequena ou grande luta que tocamos diariamente no movimento universitário, e que também deve ser incluída nas pautas dos movimentos sociais, que atuam fora da universidade. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Se vamos lutar pela Universidade Popular (em sua essência, radicalmente democrática), estaremos nos vinculando ao projeto histórico das classes trabalhadoras, constituindo o Bloco Histórico anti-monopolista, antilatifundiário e anti-imperialista. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*. A universidade popular é aquela que estará a serviço dos setores anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiários. E por isso que Florestan Fernandes conclui que “ou os estudantes se identificam com o destino de seu povo, como ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo e, nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Além disso, é necessária relembrar uma importante constatação: a revolução não se faz dentro da universidade (o que não significa desmerecer ou abandonar a própria luta universitária, pois ela também cumpre funções importantes na revolução social) e os trabalhadores necessitarão de seus próprios organismos de organização, como uma central das classes trabalhadoras, que tenha como eixo a centralidade do trabalho e que organize aqueles que vendem sua força de trabalho ao capital. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

É necessário um movimento real que se aproprie da estratégia de univer-

cidade popular e passe a considerá-la no processo concreto de luta social no interior e fora da universidade atual. Aprendemos desde o início de nossa militância com a formulação de Prestes que não se pode separar estratégia de movimento da estratégia de construção do próprio movimento, pois ambos se condicionam reciprocamente. Por isso, a construção de um movimento capaz de ligar um conjunto de táticas e bandeiras de lutas parciais com um fim conscientemente perseguido é fundamental. Assim, a estratégia ganha concretude e é guia para as ações presentes. Ao mesmo tempo, apresenta como finalidade decidida um projeto global para contrapor o projeto do capital para a universidade, que também é um projeto global. Assim, a estratégia de luta pela Universidade Popular não é em si uma identidade política de um campo do movimento, tampouco uma estratégia abstrata que paira sobre o movimento real. Ela está presente em cada luta específica atual e é condição para que elas acumulem força para o futuro e não parem em si mesmas. Apontar esse horizonte também é importante para dizer com quem andamos, a aliança desejada: lado a lado com os trabalhadores do campo e da cidade e com os setores populares, sujeitos históricos da transformação revolucionária da universidade e da sociedade, duas lutas que não podem estar desvinculadas. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Mas como construir a luta por uma Universidade Popular em uma sociedade constituída sob esse capitalismo selvagem, dependente e autocrático? Em primeiro lugar é necessário lutar pela democracia interna das Universidades de forma radical. Exigir paridade entre as categorias nos órgãos deliberativos, voto universal nas eleições para dirigentes e criação de mecanismos que abram caminhos para o pleno debate por assembleias e demais possibilidades, que exijam também a autonomia de decisão. Para tanto, necessitamos também reivindicar espaço para a classe trabalhadora organizada, pelos seus instrumentos de luta e reivindicação, como os sindicatos e movimentos sociais. Defender seu financiamento estatal, sua autonomia e sua democracia interna, de maneira relacionada. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Em segundo lugar, é necessário projetar e imprimir uma universidade que pense a totalidade da sociedade, e que vincule o desenvolvimento de cultura, ciência e tecnologia à princípios que privilegiem o gênero humano e um projeto emancipador da sociabilidade humana. Pensar o tripé ensino, pesquisa e extensão como momentos de um só processo, e a atividade intelectual nunca desvinculada da práxis humana do trabalho. Ou seja, não o lucro como variável determinante, mas sim o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, a saúde do trabalhador, e sua constituição enquanto agente histórico de todo esse processo. Um exemplo é Cuba, onde a modalidade "extensão" não tem cabimento no processo de desenvolvimento da educação e construção tecnológica, pois o conteúdo da nova universidade não pode se desvincular do trabalho e das necessidades reais de um povo: elas são inevitavelmente interligadas. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O MOVIMENTO POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Após as experiências de 1980 e 1990, com a construção do Seminário de Universidade Popular (com o êxito de aglutinar as entidades das três categorias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): DCE, Sintufsc e Apufsc) através do grupo UNIPOP, que também constituiu experiências de trabalho no movimento comunitário, desdobramos a estratégia em tática de longo prazo: a JCA criou o Movimento por uma Universidade Popular (MUP). Como primeira experiência, constituímos o MUP em Florianópolis em 2006, após criadas as condições com a aglutinação de dezenas de estudantes depois da eleição de DCE (chapa "Lutar quando a regra é vender"). Em Porto Alegre, criou-se o GARRA (Grupo de Apoio à Reforma Agrária) e a Secretaria de Extensão e Movimentos Sociais no DCE da UFRGS, ambos orientados pela política da Universidade Popular. [VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

O diferencial do MUP nesta época era seu objetivo principal: disputa concreta das universidades por um projeto de caráter popular, a partir da mobilização interna de estudantes e trabalhadores e ligando-se às necessidades colocadas pela maioria do povo brasileiro, todos os explorados e oprimidos pelo sistema capitalista de produção. O MUP deveria aglutinar os lutadores das universidades e construir as lutas para aproximar a produção de ciência e tecnologia dos interesses populares dentro das universidades existentes, de forma criativa e, sobretudo, crítica. Continuando as bandeiras em defesa da universidade pública integralmente financiada pelo Estado, pelos direitos estudantis e dos trabalhadores, o MUP deveria avançar as perspectivas de lutas inserindo-se em diversos espaços, participando das entidades estudantis, disputando os currículos dos cursos, construindo extensão e pesquisa de caráter realmente popular e aproximando os movimentos sociais da universidade. Essas lutas devem contribuir para a transformação das universidades e aumentar sua influência para o avanço da organização do povo em direção à revolução brasileira. [IV ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

Uma das maiores ausências no ME é o debate programático sobre o papel da universidade na transformação social. Ou seja, para além da luta cotidiana e pontual que nega os principais ataques das classes dominantes, é preciso ir além, e atingir as questões programáticas e positivas acerca de uma nova universidade. Esse vazio estratégico, que não enfrenta o bloco de poder formado pelos monopólios, o latifúndio e o imperialismo, interessados na contrarreforma universitária, amarra o ME nas suas disputas internas e fratricidas, enfraquecendo-o, inclusive, para obter vitórias parciais. A Universidade Popular não será tarefa só dos estudantes, apesar de ser um dos objetivos principais a ser perseguido pelos próprios estudantes. O Movimento Estudantil cumpre um papel importante pois faz a disputa interna, mas só será possível a construção da Universidade Popular em articulação com as forças externas à própria universidade, que são

os setores organizados do movimento popular e da classe trabalhadora. Esse era o grande desafio do MUP, e continua sendo o desafio de todos que lutam por uma universidade popular. [IV ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

O Movimento Nacional por uma Universidade Popular criado em 2011 não deveria ser confundido com uma nova entidade ou um movimento partidário. Ele foi idealizado para ser composto pelas três categorias universitárias, bem como por movimentos populares e sindicais que não estejam diretamente vinculados à universidade. Este movimento deveria fortalecer as entidades estudantis e sindicais, munindo a luta na universidade de um horizonte estratégico. Ao mesmo tempo, por ser um movimento permanente, se transformaria em um elemento de acúmulo de forças sociais organizativas em constante aperfeiçoamento. Um movimento democrático, autônomo e amplo no sentido da composição de categorias; construído de dentro da universidade para fora e de fora para dentro, bem como solidário às demais lutas dos trabalhadores. [VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

A Consulta Popular e o MST chegaram a participar de alguns anos do MUP/SC, bem como dos grupos de universidade popular no Rio Grande do Sul, mas não aderiram ao movimento como política nacional. Outro elemento importante foi a constituição do Fórum de Unidade dos Comunistas em 2005, que apontou a aproximação das Juventudes Comunistas da então Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP), PCB e Refundação Comunista. Em 2007 tivemos iniciativas frustradas de constituição do campo da Universidade Popular no CONUNE. Em 2009, mesmo com alguns choques nos anos anteriores, conseguimos dar um passo significativo na política de unidade: a formação do campo da Universidade Popular no CONUNE. [VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

Então, cria-se o GTUP no RS, e SP começa a ensaiar a constituição de um grupo. Em 2010, a organização passou a debater que as condições para a organização de um Seminário Nacional de Universidade Popular (SeNUP) estavam amadurecendo. Através da atuação principalmente do MUP/SC e do GTUP/RS se decide pela realização de uma reunião para a organização de um Seminário Nacional de Universidade Popular em 2010, que ocorreu em Florianópolis em dezembro de 2010, com a presença de três estados: SC, RS e SP. Estava-se criando as condições para a desejada nacionalização do movimento, que já havia deixado de se comportar como um movimento organizado somente pela JCA. A Juventude LibRe e a UJC haviam ingressado, e o Levante Popular da Juventude no RS estava se aproximando através do GTUP. [VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

Para empreender esta luta estratégica, acreditávamos fundamental constituir nacionalmente um Movimento que lute pela Universidade Popular. Que promovesse a unidade do movimento estudantil, com as demais cate-

gorias que estão em luta na universidade – técnicos e professores -, e com os movimentos sociais, sindicatos e toda a classe trabalhadora organizada. Um movimento que aprofundasse esse tema, que ampliasse as análises sobre essa estratégia, que construísse táticas e uma luta real contra esta universidade conservadora. Assim, os estudantes serão capazes de contribuir para a superação de uma pendência histórica: um projeto estratégico de universidade, vinculado às classes trabalhadoras e os "de baixo". Essa tarefa, aberta e dinâmica, somente poderá ser constituída por agentes históricos conscientes. [VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

A Cartilha Preparatória ao 1º SeNUP foi elemento fundamental para o estabelecimento de pontos de vista comuns entre os organizadores. O segundo momento foi a Carta de Porto Alegre, aprovada no seminário por consenso. Na terceira reunião pós-SeNUP, que ocorreu em novembro de 2012 em Goiânia, fomos capazes de aprovar uma elaboração de fôlego, que levou à publicação de mais uma Cartilha, desta vez sobre Produção de Conhecimento e Análise do PL 2177 – Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essas cartilhas, embora possam ter um alcance limitado no primeiro momento, cumprem um papel essencial: elas criam um caldo político-programático do futuro movimento nacional, que vai orientando e formando aqueles que são identificados com a estratégia de Universidade Popular, mas que ainda não possuem muita clareza do processo de constituição. [VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]

O I SeNUP, ocorrido em 2011 foi possivelmente o marco do momento de maior ascensão do movimento onde a unidade possibilitou uma construção bem representativa e que perdurou por algum tempo durante a fase de existência do Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular (GTNUP), criado nesse mesmo encontro, que funcionou como a expressão concreta do movimento nacional e mediação para o estabelecimento da forma superior de organização. Quanto ao II SeNUP, havíamos apontado ele para ocorrer em 2012, o que não foi possível. Em relação aos seus objetivos, apontamos em 2011 que seria a construção de um Movimento Nacional de luta por uma Universidade Popular. Ao final de 2013 o GTNUP já identificava a necessidade de construção do II SeNUP, tendo isso sido discutido principalmente em sua reunião em outubro em João Pessoa-PB. Lá, com a presença da UJC, defendíamos junto com a Juventude LibRe, a realização do SeNUP em São Paulo, onde todas as organizações contariam com algum tipo de inserção, além de ser um local politicamente central no país, sendo epicentro de incontáveis lutas sociais. A UJC, por outro lado, defendia a realização do seminário no nordeste sem muitas justificativas explícitas. Dado o impasse, isso ficou para ser decidido numa próxima reunião do GTNUP a ser realizada em dezembro no Rio de Janeiro. Entretanto, passaram-se as semanas e a convocação da reunião não veio, impossibilitando a organização das bases nacionais para sua participação e conseqüentemente inviabilizando a reunião. Nisso, sem nenhuma explicação pública ou para o GT, surge nas redes sociais a convocação para o

ENMUP - Encontro Nacional dos Movimentos que lutam pela Universidade Popular. *[VII ENJCA e VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A explicação para isso é que, apesar de não ter ocorrido uma reunião do GTNUP, alguma determinação foi tomada unilateralmente pela União da Juventude Comunista (frente de juventude do PCB) e decidiram por construir esse encontro paralelo em agosto de 2014, mesma época prevista para o II SeNUP. Somente alguns dias depois a UJC manifestou-se sobre isso dentro do GTNUP colocando seu rompimento com esta articulação devido a supostas discordâncias com os rumos políticos do movimento e suas táticas. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Sob a compreensão de que o GTNUP deveria continuar a ser um espaço de construção unitária, guiada por consensos e que potencializasse o movimento universitário sem ser necessariamente antessala ao ingresso em organizações políticas, mantemos a construção do II SeNUP para agosto de 2014 em São Paulo. Avaliamos que o II SeNUP foi um espaço altamente qualificado em seus debates, articulações políticas e elaborações práticas, e principalmente no encaminhamento de transformação do GTNUP no Movimento Universidade Popular nacional gerido por um colegiado nacional composto pelas bases locais, organizações e entidades aliadas. Entretanto, as contingências contribuíram para um enfraquecimento do campo da Universidade Popular, que basicamente impediram que o movimento colhesse o caldo político existente para impulsioná-lo com força e visibilidade. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Após o II SeNUP, só teríamos alguma movimentação novamente em abril de 2015, quando finalmente aconteceu a primeira reunião do colegiado nacional do MUP, em Florianópolis. Essa reunião contou com representantes dos movimentos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás através de militantes da JCA e da Juventude LibRe. Essa reunião também foi proveitosa enquanto debate e formulação, mas muito deficitária na capacidade de efetivarmos na prática os encaminhamentos que praticamente inexistiram, a exceção da articulação política realizada no 54º CONUNE. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Desde 2014, a UJC tem impulsionado um MUP próprio vinculado ao ENMUP, que articularam naquele ano. Após anos de tentativas da JCA no sentido da reconciliação e a construção coletiva em uma única articulação nacional, o MUP-Articulação Nacional se firmou enquanto coletivo universitário da UJC e do PCB, descaracterizando completamente os princípios que alicerçavam o movimento, quais fossem: A) a não partidarização do MUP, o atrelamento orgânico do movimento à construção de uma ou outra organização; B) a não identidade direta entre o MUP e o movimento comunista. A descaracterização política de um movimento mais amplo apenas de posse dos "comunistas", contraria os entendimentos de Florestan Fernandes e de José Paulo Netto, que tanto lutaram para que se constituísse um campo onde todos os setores populares opostos ao imperialismo, os monopólios e o latifúndio, independentemente da autoprocama-

ção e dos matizes de esquerda, pudessem se congregar e construir uma trincheira de lutas pela transformação da universidade, dando sua contribuição para o processo revolucionário. *[Resolução da DN, 2022]*

A conjuntura difícil acentua as contradições estruturais na universidade de modo que se torna cada vez mais natural e necessário a discussão sobre seus problemas de fundo e a possibilidade de sua superação pela via da construção de uma universidade que contribua para um projeto de nação soberana, independente e socialista. A luta pela Universidade Popular poderá crescer cada vez mais. Isso pois além de estar se assentando progressivamente sobre bases teóricas consistentes, construídas com muitas mãos, é um projeto aberto e dinâmico, passível de absorver o legado dos povos e ampliar a base social na disputa contra-hegemônica. A absorção criativa dos diversos setores que possam integrar o movimento é fundamental. Pois não é um movimento só de comunistas. Consideramos, portanto, que muitos dos possíveis rumos do Movimento Universidade Popular, estão em aberto e seu sucesso dependerá muito de nosso empenho. *[VII ENJCA, VIII ENJCA e IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

As entidades nacionais do Movimento Estudantil Universitário têm uma história real e concreta que não pode ser apagada. Desde os primeiros cursos e faculdades, passando pelas primeiras mobilizações, encontros regionais e nacionais, repressões, vitórias, rompimentos, identidade construída em uma entidade nacional (UNE), fechamento pela ordem, refundação, redemocratização, os ataques e criminalizações dos movimentos, e a cooptação e a dispersão que nos encontramos hoje, há uma multiplicidade de determinações que devem ser analisadas para identificar o real concreto, e as suas tendências históricas de superação. Necessitamos fazer esse percurso recolhendo as principais determinações do rumo que o Movimento Estudantil tomou em sua história recente. *[VI ENJCA e VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

As entidades estudantis são espaços importantíssimos na formação dos estudantes, da nossa militância, parte de nosso aprendizado, de nossa aproximação com pessoas e com outras organizações. O texto de Robério Leite, "Política para entidades de base estudantis" traz alguns elementos importantes. É preciso ter em mente que CA, DA e DCE são entidades representativas de todos os estudantes – apesar de existirem limites dessa representatividade, e que é preciso fugir do formalismo abstrato de estar representando alguém sem efetivamente apresentar ligação política e constituição de laços representativos substantivos entre as direções das entidades e o conjunto dos estudantes de determinada área. *[VI ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A relação das entidades estudantis (CAs, DAs e DCEs) com o movimento estudantil da universidade, do estado e do país é fundamental. As entidades gerais devem ser capazes de aliar as necessidades mais sentidas dos estudantes ao debate mais geral daquela universidade, ou de determinada região, à educação como um todo, aos problemas sociais. Ou seja, através da organização de base, dos debates e da conscientização dos estudantes através de suas bases (CAs/DAs) até a entidade geral (DCE) devem acumular no sentido das conquistas necessárias aos estudantes, mas fundamentalmente acumular para a compreensão acerca da necessidade de transformar a realidade. Assim, o objetivo maior dos comunistas no âmbito do movimento estudantil é, que as conquistas imediatas tenham condições de elevar o nível de consciência e organização dos jovens e dos estudantes em torno da necessidade do socialismo, da transformação social e do vínculo da luta dos estudantes com as lutas do povo em geral. As ações no interior dos DCEs, portanto, devem ter como perspectiva a política nacional para o movimento estudantil universitário acerca da Universidade Popular, mas devem conseguir relacionar as necessidades mais específicas dos estudantes e elevá-las a um patamar de debate que possibilite esta conscientização. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Além disso, é fundamental que a entidade trabalhe em distintas frentes, que seu trabalho desenvolva-se no âmbito artístico e cultural, no âmbito político dos estudantes, educacional, mas também dos trabalhadores, no âmbito dos esportes e do lazer.. Os recursos materiais disponíveis para a entidade (financiamento de eventos pela instituição, itens de almoxarifado, sede política, etc.) quando bem empregados podem fazer com que conquistas se consolidem, que seja ampliada a repercussão da política proposta pela entidade, e facilitado todo o seu trabalho político.. Isso sem contar com um inquestionável maior reconhecimento e legitimidade que se tem ao realizar tarefas políticas. Entretanto, é claro que tudo isso por si só não substitui aqueles traços que são tão característicos da nossa organização e dos quais nunca devemos abdicar: estudo da realidade concreta, formulação política, dedicação ao movimento de massas e respeito às suas instâncias legítimas de democracia. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Na década de 2000 a crise do movimento estudantil se aprofundou e a UNE passou por uma série de manobras que reduziram o debate político e encastelaram a UJS (União da Juventude Socialista - juventude do PCdoB) e seus aliados no controle da direção. Várias articulações e esforços surgiram para buscar resgatar a força da entidade ou criar uma nova entidade. As Executivas e Federações de curso ganharam outro peso político, o PSTU criou a Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL), articulou-se (ainda que muito debilmente) uma Oposição de Esquerda (OE) no interior da UNE, nós avançamos no debate sobre Universidade Popular construindo o Seminário Nacional de Universidade Popular (SENUP). Contudo, o CONUNE (Congresso da UNE), mesmo com o esvaziamento de conteúdo

pelo qual passou, continua sendo o espaço nacional que mais aglutina estudantes de todas as partes do país. Por isso temos participado elegendo delegados, intervindo nas mesas de debate, escrevendo teses, disputando resoluções na plenária final. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

No dia-a-dia do Movimento Estudantil muitas vezes nos deparamos com a dificuldade de explicar para a estudantada que a UNE ainda existe, tendo em vista sua completa ausência deste mesmo dia-a-dia, e que além de existir ela faz congressos com mais de cinco mil participantes. Apesar da grandeza, somente participando de um destes congressos é que começamos a perceber a dimensão do vazio político no qual se encontra o ME brasileiro atualmente: se houvesse um movimento real organizado em cada base, com CAs e/ou DAs ativos, combativos e legítimos, e com capacidade de apontar para lutas gerais, jamais uma situação de total descompasso entre “movimento real” e entidade geral seria possível da forma como é hoje. A primeira questão importante a ser respondida é: existe um ME brasileiro hoje (aquilo que acabamos de chamar de “movimento real”)? Em nossa opinião seria um tremendo equívoco crer que não. Um ME existe, sempre existiu e sempre existirá enquanto houver contradições que afligem a vida dos estudantes em sua coletividade, e estes se organizarem da forma que for para se mobilizar. A grande questão que está colocada hoje não é simplesmente a ausência de movimento (apesar de que também há uma flagrante ausência de movimento, uma vez que muitas das lutas que poderiam ocorrer não ocorrem, e por isso mesmo é que a retirada de direitos e a mercantilização da educação avança a passos bastante largos), mas é também a ausência de organização do movimento existente. Este “movimento real” é constituído tanto por aquelas lutas espontâneas que brotam a todo momento e em todo lugar – seja por qualidade de ensino, melhorias infra-estruturais, rebaixamento de mensalidades, ou até mesmo pelo bebedouro quebrado, etc. – quanto por aquelas lutas um pouco mais politizadas e organizadas, capitaneadas pelas várias e diversas organizações de esquerda existentes no país e com atuação estudantil. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

No entanto, nenhuma destas formas de movimento real tem contribuído efetivamente para uma reorganização do ME a nível nacional e sobre bases sólidas, embora também uma reorganização efetiva não possa ocorrer sem dialogar e, na medida do possível, incluir grande parte destes setores (principalmente o das lutas espontâneas). O motivo disso é o fato de elas ainda estarem muito distantes de apontar para um horizonte que possa ser tomado como o horizonte estratégico do próprio ME. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A maioria das organizações de esquerda que conhecemos erram profundamente ao acreditar que a estratégia é coisa para se discutir apenas dentro das organizações partidárias. Estas organizações pensam que o ME deve se pautar apenas pelas questões mais sentidas, pois destas lutas surgirão militantes dispostos a se organizar e somente se organizando é

que começarão a pensar em socialismo, assunto que passarão a discutir apenas dentro de suas organizações. O que este tipo de concepção representa na prática é uma profunda infantilização do movimento, pois considera que os estudantes são incapazes de perceber a necessidade do socialismo, ou de qualquer discussão estratégica que conduza à transformação radical da universidade - o que acarreta a atuação no sentido de não produzir qualquer estratégia genuína para vincular as tarefas universitárias a uma revolução socialista. Obviamente que o outro extremo desta posição também é péssima e equivocada: aquela que acredita que se deva sair gritando gratuitamente as palavras de ordem mais avançadas aos quatro ventos, pois todo filho de trabalhador já é um revolucionário por natureza. Somente se compreendermos que o ME, enquanto ME, possui tarefas próprias relativas à conquista da hegemonia proletária em sua própria área de atuação, e sua vinculação com o processo revolucionário, é que será possível reorganizar o ME efetivamente no sentido de conquistar uma Universidade Popular. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Isto tudo implica em que a questão da unidade na ação, por exemplo, só é possível substantivamente através de uma discussão programática do próprio movimento. Estratégia e programa não são a mesma coisa, mas a partir do momento em que se assume que o movimento deve formular sua própria estratégia, obviamente que também deve construir seu próprio programa, que precisa ser tomado com cautela, uma vez que o programa também pode facilmente ficar obsoleto com as dinâmicas da situação política. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Durante os governos petistas, o atrelamento das principais entidades estudantis (UNE, UEEs) se deu de forma muito similar ao ocorrido no movimento sindical e popular. As lideranças eram dos mesmos partidos do governo e/ou foram cooptadas para dentro das estruturas do governo. Mesmo durante o golpe não se viu uma atuação mais enérgica. O que também é um reflexo das alianças da UJS, Kizomba e outras tendências petistas com setores de "centro-direita" que em 2016 apoiavam ou não reconheciam que o que estava acontecendo era um golpe. Por isso, os movimentos de oposição foram fundamentais para denunciar essas políticas clientelistas e para organizar o movimento estudantil. Ainda que insuficiente, durante anos a Oposição de Esquerda foi a maior articulação nacional da esquerda crítica juvenil. Outras iniciativas recentes, como o ENE, também rumam nesse sentido, mas carece igualmente de uma visão estratégica da educação e de uma unidade consistente, em torno de pautas mais amplas, permanentes, que consiga ir além dos dias de discussão do Encontro ou, no caso da OE, do Congresso. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A Oposição de Esquerda da UNE é um campo muito difuso e cuja unidade se dá geralmente por lutas conjunturais e reativas (defensivas). As lutas das organizações que compõem esse setor são justas e importantes. No entanto, estas lutas têm prazo de validade muito curto, porque o governo

tem usado a tática de apresentar vários projetos de "reforma universitária" separados para evitar o combate unificado do movimento. A cada nova medida, um novo debate se inicia no movimento e uma nova unidade pontual é forjada. Nessa situação o programa de unidade da OE sempre foi muito frágil e depois de feitos os arranjos e acordos para composição da direção, cada organização leva adiante sua própria política. A OE é um campo frágil em termos quantitativos (ainda está longe de realmente ameaçar a hegemonia da UJS) e qualitativos. No aspecto quantitativo, a situação se torna mais grave ainda pelo fato de a OE ser composta por um grande número de pequenas organizações políticas. No aspecto qualitativo a principal limitação da OE está no imediatismo presente na política de praticamente todas as organizações que a compõem. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Acreditamos que devemos construir um movimento permanente, de baixo para cima, com um programa político claro e unificado em torno de pautas concretas, fazendo resultar dessas lutas uma legitimidade que se materializa numa ampliação de delegados em época de eleições. A maior parte das organizações coloca a tiragem de delegados e a disputa por cargos como central da política, e usam-na como instrumento de autoconstrução, apenas retroalimentando um movimento que é frágil e fracionado nas lutas de base, mas "magicamente" se unifica para negociar os cargos durante o CONUNE. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Ainda que o quadro permaneça crítico, esse é o espaço de debate e tentativa de unidade que mais tempo tem durado e que tem proporcionado algum tipo de atuação nacional de setores não vinculados ao PT – Pcdob e partidos da direita tradicional. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Hoje certamente a OE é o espaço existente mais aberto para que o debate de UP se dissemine, mas também é verdade que trata-se de um grupo bastante heterogêneo, com constantes possibilidades de rachas, depurações e rompimentos. Nos CONUNEs de 2015 e 2017 fizemos críticas à Majoritária, ao Campo Popular e à Oposição e Esquerda e decidimos sair com nossa própria chapa para termos nosso próprio espaço de apresentação, proposição e denúncia. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Os CONUNEs já não se configuram como espaços de amplo debate, a tiragem de delegados antes era feita por cursos, sob controle dos Centros Acadêmicos (CAs), depois passou a ser por chapa, reduzindo drasticamente o número de representantes e distanciando o processo da base. Quanto mais isso se reforça, mais reduzido se torna o espaço de disputa política nos dias do congresso, as verdadeiras articulações. Além disso, o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da UNE era o segundo mais numeroso dos fóruns da UNE e reunia representantes de CAs de todo o país, tornando a plenária muito mais politizada do que a do CONUNE. A diretoria da UNE transformou em praxe nos últimos anos realizar o CONEB

junto com a Bienal de Cultura da UNE. Em relação ao campo de oposição, a OE é um espaço muito restrito, praticamente só funcionando em tempos de CONUNE. Todas as reuniões praticamente cessam diante da ausência do processo de tiragem de delegados e preparativos congressuais. Restringem-se ao âmbito dos cargos e das diretorias plenas e executivas. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

É importante que no período entre CONUNEs nós também busquemos formas de trazer a UNE para o cotidiano dos/das estudantes. É dever também daqueles/as que fazem oposição, serem propositivos e ativos na construção da entidade, ainda que dentro de uma perspectiva crítica. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Nossa luta pela reorganização do movimento estudantil brasileiro passa também pela disputa das UÉEs, entendendo essa classe de entidades com uma dupla função. Em primeiro lugar, possuem o potencial de capilarizar o movimento para o interior dos estados, onde as organizações combativas costumam ter dificuldade em chegar. Opostamente, também podem ser um polo aglutinador para a disputa da própria UNE em direção a posições menos vacilantes. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Além disso, nunca reconhecemos a legitimidade da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), que foi criada num processo atropelado e com pouca legitimidade, orientado por uma lógica divisionista. A ANEL é uma entidade em extinção que carece de legitimidade, por afirmar representar estudantes de todas as categorias, buscando uma organização em uma única estrutura. Foi criada e é hegemônica pelo PSTU junto com coletivos e tendências trotskistas e fazia oposição aos programas do governo federal que apoiavam o setor privado, mas apesar de se apresentar como novidade e agrupar uma base menor do que a UNE, tampouco tem um espaço democrático aberto. Essa própria política os levou ao isolamento e, praticamente, à desaparecimento da entidade. Reivindicamos como construtores da UNE – uma posição que significa fazer as críticas ao modo atual de condução da entidade, mas reconhecê-la como o espaço de maior peso histórico e potencial de articulação política para a categoria estudantil brasileira. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Infelizmente o que vemos é que a universidade brasileira passou (e segue passando) por um grande processo de privatização, de forma que hoje a grande maioria dos estudantes estão nas universidades privadas, onde há muito mais dificuldades em se organizar qualquer tipo de ME. O ME existente está mais presente nas universidades públicas, mas isso é muito insuficiente. É nas universidades privadas que a maioria da UNE consegue massificar sua “base”, mas isso não quer dizer, de forma alguma, que lá haja um enraizamento de sua política. Esta massificação é muito sazonal e superficial. Nas universidades privadas o que há é uma avenida aberta por onde a luta por uma Universidade Popular pode e deve passar, se consolidando através das mediações específicas requisitadas por aquela

realidade. O mesmo vale para as públicas, onde o movimento existente é extremamente frágil, e precisa caminhar no sentido de debater um horizonte estratégico para a universidade brasileira. Somente com estratégia e programa é que haverá unidade no movimento real, e somente com unidade no movimento real é que poderá haver uma entidade nacional representativa dos estudantes brasileiros. Não cabe aqui alimentar ilusões, por mais que fosse possível disputar e mesmo ganhar a direção da UNE hoje, isso pouco representaria em termos de avanço na disputa pela transformação radical da universidade. Para lograr isto é preciso de muito mais do que uma sigla. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A nossa avaliação segue sendo de que a organização (ou reorganização) do movimento estudantil universitário deve estar desde o princípio ancorada em uma sólida estratégia de luta, a qual chamamos de Universidade Popular. Trata-se de um projeto político vinculado à construção do Bloco Histórico proletário e popular, um bloco contra-hegemônico anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário. Assim, a estratégia não se traduz em um projeto pronto, mas sim em um horizonte que ganha contornos conforme a própria luta avança e apresenta os passos práticos mais adequados a seguir em determinado momento. Ao construir essas lutas, o próprio movimento irá forjando as lideranças e os organismos de massas capazes de levar adiante seus objetivos. No fundo, o grande erro tanto das tendências pcdobistas e petistas do movimento quanto dos setores de oposição de esquerda nos últimos anos, esteve vinculado à ausência de formulação estratégica. No caso dos ex-governistas, os grilhões de uma estratégia equivocada, que segue apostando no impossível "desenvolvimento capitalista autônomo", acaba por deformar grande parte de uma geração de jovens universitários. No caso dos setores de esquerda, o imediatismo desprovido de reflexão estratégica transforma cada luta pontual em um fim em si mesmo: e o imediatismo é a ante-sala do oportunismo político. Com todos os problemas e vícios que envolvem desde eleições de delegados de pouca qualidade até fraudes declaradas, as bancadas do CONUNE de alguma forma expressam a capacidade de irradiação de uma determinada política. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Com todas suas limitações, seguimos na leitura de que não há saída se não a disputa de uma nova hegemonia da UNE desde as bases. Para isso, precisamos fortalecer alianças mais amplas, que vão além do momento do CONUNE, que sirvam para disputar as entidades locais, os espaços de construção e deliberação da UNE, como CONEGs e CONEBs, porque também é necessário mudar o modelo de disputa da entidade para acabar com os fatores que condicionam e estimulam essa disputa carguista, na qual até os setores mais críticos, acabam caindo. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A estratégia não se traduz em um projeto pronto, mas sim em um horizonte que ganha contornos conforme a própria luta avança e apresenta os passos práticos mais adequados a seguir em determinado momento, onde

cada ação prática deve ser o ensaio de relações futuras. Ao construir essas lutas, o próprio movimento irá forjando as lideranças e os organismos de massas capazes de levar adiante seus objetivos. No fundo, o grande erro tanto das tendências ex-governistas do movimento quanto dos setores de oposição de esquerda nos últimos anos, esteve vinculado à ausência de formulação estratégica. No caso dos ex-governistas, os grilhões de uma estratégia equivocada, que segue apostando no impossível "desenvolvimento capitalista autônomo", acaba por deformar grande parte de uma geração de jovens universitários. No caso dos setores de esquerda, o imediatismo desprovido de reflexão estratégica transforma cada luta pontual em um fim em si mesmo: e o imediatismo é a antessala do oportunismo político. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Após o IX CNJCA, a JCA entrou para a Oposição de Esquerda.

PATRIARCADO E CAPITALISMO

Há muito que a pesquisa histórico-sociológica marxista e/ou feminista vem demonstrando que a opressão das mulheres na forma social atual não é mero resíduo de relações sociais anteriores ou correspondente às exigências masculinas pelo poder: pelo contrário, radica profundamente nas relações atuais de produção e reprodução da vida. Ao contrário do que se apregoa, a modernização da sociedade não atenuou o patriarcado, acentuou-o: foi ela que partiu de forma tão extrema a humanidade entre homens e mulheres, apresentando-os como se fossem seres radicalmente distintos e inclusive opostos. Antes do capitalismo, não havia uma divisão rigorosa entre a produção de valores de uso e a gestão doméstica. Por esse motivo, as atribuições sexuais eram menos polarizadas, participando homens e mulheres de forma mais indistinta da produção agrária e artesanal. As mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços, nos lembra Saffioti, nunca foram alheias ao trabalho, tendo contribuído, em diferentes épocas e locais, para a subsistência de suas famílias e a geração de riqueza social. O que não quer dizer, no entanto, que gozassem do mesmo estatuto social que os homens. Sua submissão aos pais ou maridos já era norma, quer pela dependência econômica, quer pela tradição. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O surgimento do capitalismo se dá em condições adversas para as mulheres, que contam, nesse processo, com uma desvantagem social dupla: no nível cultural, era tradicional sua subordinação com relação aos homens; e "no plano estrutural, na medida em que se desenvolviam as forças produ-

tivas”, passavam a ser situadas perifericamente no sistema de produção. A ordem social então nascente, dessa forma, se estabeleceu sob os alicerces das estruturas de alienação e discriminação reinantes anteriormente, adaptando-as a seus objetivos e às suas exigências de reprodução, como afirma Mészáros. Entretanto, a condição de trabalhador livre assalariado, requisito essencial para realização histórica do capitalismo, não se efetiva imediatamente a todos. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Assim, os mesmos fatores usados para justificar, em alguns momentos, a exclusão de amplos contingentes populacionais do mercado de trabalho, como negros e mulheres, são utilizados pelo capital para integrar esses setores novamente – em caso de necessidade – de forma precária e superexplorada. Foram os casos da integração numerosa temporária de mulheres nas fábricas no período das duas grandes guerras e é também o da contratação volumosa de mulheres por multinacionais que se deslocaram mais recentemente para os países do “sul global”, como os da América Central ou da Ásia. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Portanto, o patriarcado se constitui historicamente enquanto um sistema de dominação-exploração específico das relações de gênero, datado de aproximadamente seis mil anos, no qual as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais. Por sua vez, a emergência do capitalismo, posterior ao surgimento do sistema patriarcal, promoveu um processo de simbiose/fusão tão profundo entre os três sistemas de dominação-exploração (patriarcado, racismo e capitalismo), que transformou-os em um único sistema, inseparável na realidade concreta. *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Utilizamos o termo patriarcado – que tem como bases o controle e o medo – pois ele se configura enquanto um caso específico das relações de gênero. Enquanto o gênero tem como base toda a história, o patriarcado pode ser datado como um fenômeno dos últimos seis ou sete milênios, explicitando a matriz da dominação-exploração. A crítica ao uso da categoria “gênero”, porém, não significa que ele não deva ser usado pelos comunistas. Serve como alerta para não cairmos em deslizamentos pós-modernos que fragmentam a realidade e o ser humano; e apresentam, como se fossem grandes “descobertas”, reflexões que não passam de constatações do âmbito da aparência do fenômeno. A sua essência só pode ser conhecida desde que a perspectiva da totalidade seja preservada. Assim, o ser humano na sua totalidade é síntese dessas três esferas, e é sobre elas que nossas reflexões devem se amparar, ou seja, uma abordagem ontológica da questão de gênero. Para isso, sugere Saffioti, a combinação entre os termos gênero e patriarcado. Este último entendido como um sistema de pacto masculino, historicamente demarcado, para garantir a opressão sobre as mulheres. Aí também está presente a conceituação do termo “opressão” que tanto tem se falado, mas pouco explicitado. Ele só tem sentido se entendido como a expressão da dominação e exploração que estão sobre as mulheres como categoria social. Afinal, é por ser mulher, mas também por ser pobre, trabalhadora e também por ser negra, ou

transexual, que se tem ideia do grau desse fardo. Sua junção não significa uma discriminação quantitativa, mas sim uma condição de extrema complexidade qualitativa. *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Se existe um entrelaçamento entre patriarcado, capitalismo e racismo, esses três sistemas de dominação/exploração que se fundiram ao longo dos séculos, as lutas contra o racismo e o machismo não devem ser tomadas como específicas, separadas das lutas gerais. Por isso, torna-se impossível garantir conquistas significativas se a luta não estiver articulada. Aqui a questão da mulher negra trabalhadora ganha centralidade, pois é o símbolo da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo. Tal como aponta Saffioti: "o ato de atribuir prioridade a um dos três sistemas mencionados tem sérias consequências do ponto de vista das estratégias de luta dos contingentes humanos oprimidos, dominados explorados" (Saffioti, 1987, p. 61). *[VIII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Na sociedade de classes a divisão sexual do trabalho tem um significado diferente de outros modelos de sociedade: há uma hierarquia causada pela exploração. Existe o trabalho produtivo, que produz riquezas aos proprietários e o trabalho reprodutivo, responsável em garantir a reprodução da força de trabalho. Ele foi socialmente atribuído às mulheres, através de capacidades biológicas comumente tidas como femininas, como gravidez e amamentação. Como não tem um caráter mercantil, o trabalho reprodutivo é desvalorizado pela sociedade, mesmo que esta dependa dele. *[IX ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

No último quartel do século XX, em quase todo o mundo e também no Brasil, houve alterações significativas na divisão sexual do trabalho, que resultaram num processo que algumas autoras chamaram de "feminização do mundo do trabalho". Tal processo aumentou a proporção de mulheres atuantes na economia formal e informal fora e dentro do lar, mas não se traduziu num reordenamento equivalente das tarefas domésticas, empurrando as mulheres para duplas ou triplas jornadas de trabalho. É consenso na literatura da área, e é sentido por qualquer mulher que acumule as funções assalariada e doméstica, que a nova configuração adquirida nos últimos anos no "chão de fábrica" e noutros setores da economia implica em uma situação claramente desfavorável para as mulheres, já que há uma brutal combinação entre essas duas esferas. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

A chamada "revolução sexual", que ocorreu de forma concomitante com esse aumento na quantidade das mulheres na "economia ativa", tampouco implicou em alterações profundas nos papéis hierárquicos da família. A pílula contraceptiva e o desenvolvimento de novos métodos de prevenção da gravidez e de doenças transmitidas sexualmente inauguraram novas possibilidades de planejamento familiar e de formas de lidar com o corpo, a sexualidade e o prazer. No entanto, foram configuradas novas formas de opressão que não passam pela interdição da sexualidade das mulheres (muito embora essa também prevaleça), mas pela transformação delas

em objetos de satisfação do prazer do outro, o homem; ou ainda em "super-mulheres", que trabalham, educam seus filhos, cuidam da casa e satisfazem seu marido "sem descer do salto" (numa tentativa bem sucedida de positivar o acúmulo de jornadas de trabalho e a opressão doméstica). As propagandas de mercadorias, como carros, cervejas ou produtos de limpeza, e os programas humorísticos nos dão fartíssimos exemplos das novas formas de que tem se travestido o patriarcado. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O avanço na igualdade formal – especialmente com a Constituição de 1988 – e da legislação punitiva da violência de gênero – com a aprovação da Lei Maria da Penha – foram importantíssimos, mas possuem limites inflexíveis, já que as margens do sistema do capital são bastante (e cada vez mais) estreitas. A possibilidade de proteção das mulheres de parceiros ou pais/familiares agressores, por exemplo, ainda é incompatível com a quantidade de abrigos para mulheres em situação de transição e de delegacias especializadas, com a formação cultural da polícia e da justiça (que muitas vezes culpa explícita ou implicitamente as mulheres que foram vítimas da violência sofrida), e mesmo com a das mulheres, que não percebem a violência sofrida como tal, ou consideram que há motivos importantes para suportá-la. Isso sem falar da insuficiência de uma política puramente punitiva, que não produz efeitos positivos de conscientização dos homens praticantes da violência. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Ao exercer sua função patriarcal, o homem é autorizado pela sociedade a fazer uso da violência contra a mulher para garantir a obediência – aqui também se incluem crianças e adolescentes. E esse uso da violência no exercício da dominação-exploração tem limites socialmente aceitos que contribuem para garantir a sua perpetuação (SAFFIOTI, 2001). O machismo, por sua vez, é a aparência de uma estrutura de poder, o patriarcado, que está na sua essência e é muito mais difícil de ser destruído *[IX CNJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Há também outras esferas de violência. O assédio sexual no ambiente de trabalho, por exemplo, passou a ser considerado crime apenas em 2001. Outra expressão da violência sofrida, dentro e fora de casa, é a sexual. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, o estupro foi o delito que mais aumentou nos últimos anos, não somente no estado, mas em todo o país. A violência estrutural sofrida pelas mulheres, incluindo-se aí também travestis e transexuais, a de gênero, é um padrão específico de violência anterior ao capitalismo, mas apropriada por ele. Sua dimensão se amplia e reatualiza "na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado" (Saffioti e Almeida, 1995, p. 159). As conquistas recentes no que diz respeito à legislação vigente e à maior inserção no mercado de trabalho e nas universidades, por exemplo, são expressões concretas dessa ameaça. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

O contexto da crise estrutural do capital – e da crise de civilização inseparável desta – com o decorrente encolhimento das margens de manobra deste, nos dão cada vez menos espaço para melhorias concretas na condição de vida das mulheres (MÉSZÁROS, 2011: 273). Por esses motivos, é urgente e necessário “enfrentar a questão do tipo de igualdade viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital”, superando o debate abstrato sobre os direitos formais e a questão da redistribuição dos recursos – até mesmo porque, nos lembra Mézárós, “os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam os princípios e seus modos de distribuição”. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

É necessário, antes de tudo, compreender que a “articulação historicamente mutável dos relacionamentos humanos é da maior importância” para uma orientação adequada de nossa prática, se desejamos que ela seja de fato emancipatória. Os processos reguladores da sociedade que combatemos “estão emaranhados em toda uma rede de relacionamentos dialéticos” (Mészáros, 2011, p. 267). Sua expressão em formas historicamente específicas – como é o caso da formação social brasileira – envolve uma profunda relação de equivalência entre o modo de administrar os processos de trabalho e os outros níveis de intercâmbio humano, tais como a escola e a família. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Se não é possível concretizar uma emancipação feminina sem que a humanidade esteja emancipada, tampouco é correto defender o contrário. Explicamos. A emancipação humana, segundo uma das primeiras definições de Marx a respeito, “só estará plenamente realizada” quando os indivíduos sociais tiverem a capacidade de reconhecer-se como entes genéricos, isto é integrantes do gênero humano (em sua vida empírica, em seu trabalho individual e em suas relações pessoais, etc.) e quando suas forças próprias forem reconhecidas e organizadas como forças sociais. Isso significa dizer: quando houverem sido completamente superadas todas e quaisquer formas de autoalienação humana. A ideia de que as mulheres – que constituem metade da humanidade – são seres distintos e inferiores aos homens, e passíveis de serem oprimidos, é uma das expressões mais duradouras e acabadas do estranhamento humano. O comunismo enquanto ideologia política abrangente tem como pressupostos básicos para sua concreção histórica a superação da forma social do capital em todas as suas expressões (inclusive a anulação do Estado), mas não se completa automaticamente com a consolidação dessas condições (MÉSZÁROS, 2006: 147). É tarefa igualmente importante da superação positiva da ordem existente a abolição radical das “relações pelas quais uma mulher se transforma numa mulher oprimida” (RUBÍN, ano: 2). *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Considerando que a elaboração de uma estratégia de superação substancial do existente é inseparável da construção dos instrumentos utilizados para tanto, condicionando-se ambas mutuamente, defendemos que as

formas de organização que deveremos delinear a fim de orientar nossa militância na luta contra as relações que transformam as mulheres no sistema do capital em mulheres oprimidas, sobretudo negras e LGBTQs, estejam ontologicamente vinculadas à estratégia geral de enfrentamento adotada pela nossa organização. Ao mesmo tempo, esperamos que o desenvolvimento desta militância nos proporcione os elementos necessários para que enriqueçamos essa mesma concepção estratégica, dotando-a da complexidade de que é composta a sociedade capitalista. *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*

Ainda é necessário que tomemos consciência da importância da luta feminista, enraizemos esse debate, avancemos na percepção da forma particular como a opressão das mulheres ocorre no Brasil e, fundamentalmente, que acumulemos mais experiência de militância, seja nos movimentos de mulheres, ou em movimentos como o estudantil, em momentos em que são empunhadas bandeiras que dizem respeito a elas (como é o caso da luta contra a opressão nos trotes sujos, ou a luta contra a violência sexual nos campus universitários, por exemplo). E, nesse sentido, a percepção de que este feminismo que está aí não nos contempla, pois carece de combatividade ou a canaliza nas direções erradas, não deve servir de escusa para nossa organização ficar distante da luta: se o feminismo que não é socialista carece de estratégia, o comunismo que não é também feminista carece de amplitude! *[VII ENJCA, adaptado pela DN entre 2021 e 2022]*



Juventude Comunista Avançando